



# Estratégia de Género e Plano de Ação 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes

28 de abril de 2020



**Comentários Finais da Comissária da CEDEAO**  
Na Ocasão de ...  
**Workshop/ Seminário de Validação Regional sobre a**  
**Estratégia de Género e Plano de Ação 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de**  
**Catástrofes**  
**Dakar, Senegal, 11-12 fevereiro 2020**

Queria agradecer muito a todos por terem participado no Seminário de Validação Regional sobre a Estratégia de Género e Plano de Ação 2020-2030 da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes. Foi um evento oportuno e muito importante.

Sabemos todos muito bem que as catástrofes têm efeitos diferentes entre os homens e as mulheres: chegou a altura de garantirmos que todos os nossos esforços, todos os nossos financiamentos, todos os nossos programas são sensíveis ao género.

Durante estes dois últimos dias, trabalhamos em conjunto para delinear um caminho futuro. Como os nossos parceiros do Banco Mundial disseram no início: Esta Estratégia e Plano de Ação pertence-nos. Não queremos que fique numa *pen* ou nas nossas respetivas prateleiras. Vamos reconhecê-la, levá-la para os nossos respetivos países membros e refleti-la nas nossas prioridades e nos nossos desafios.

Estou satisfeita por verificar que se reuniram muitos exemplos das melhores práticas durante a fase de preparação desta Estratégia. A nossa região e respetivos estados membros estão a ser pioneiros nas abordagens sensíveis ao género: antes, durante e depois da ocorrência de catástrofes. Há muita coisa de que nos podemos orgulhar. Como referido no início da reunião, temos, pela primeira vez, pontos focais de Género e de Gestão de Risco de Catástrofes (GRC) a trabalhar em uníssono.

Enquanto CEDEAO, iremos continuar a ser líderes no continente na gestão efetiva e inclusiva do risco de catástrofes, que, por definição, tem de ser sensível ao género.

Podemos começar imediatamente. Amanhã, muitos de vós irão juntar-se-nos na reunião para a Gestão das Inundações. Vamos garantir que abordamos esse trabalho numa ótica de género. Mostrando que isso não é nada de extremamente complicado, é simplesmente uma abordagem melhorada: a gestão efetiva do risco de catástrofes exige que consideremos as necessidades das mulheres e dos homens, das raparigas e dos rapazes.

Vamos avançar e trabalhar em conjunto enquanto profissionais, enquanto homens e mulheres. Nas palavras de Wangari Maathai:

«Não podes fazê-lo sozinho. É um trabalho de equipa. Quando o fazes sozinho, corres o risco de quando já não estiveres lá, ninguém mais o fazer.»

Nesta nota final, desejo agradecer a todos os participantes dos nossos estados membros a vossa excelente dedicação a este trabalho e, em particular, as vossas contribuições efetivas durante a reunião. Foi muito interativa e não há dúvida de que fizeram justiça a este trabalho. Igualmente importante é agradecer à minha Diretora e à sua equipa da RRC (Redução do Risco de Catástrofes), o Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO por um trabalho bem feito e à gerência e pessoal do Hotel Ndiambour pelas boas instalações postas à nossa disposição.

Agradeço-vos a todos.

Dr.<sup>a</sup> Siga Fatima Jagne

Comissária para os Assuntos Sociais e de Género

## ÍNDICE

<b>Lista de Acrónimos</b> .....	<b>iv</b>
<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>1</b>
<b>DEFINIÇÕES CHAVE DE GÉNERO E IGUALDADE DE GÉNERO</b> .....	<b>2</b>
<b>1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO</b> .....	<b>3</b>
<b>2. REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES SENSÍVEL AO GÉNERO</b> .....	<b>3</b>
<b>3. POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES PARA O GÉNERO E RRC DA CEDEAO</b> .....	<b>7</b>
<b>3.1 Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região</b> .....	<b>7</b>
<b>3.2. Política de Género da CEDEAO 2005</b> .....	<b>8</b>
<b>3.3. Outras Políticas Relacionadas</b> .....	<b>8</b>
<b>3.4. Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO</b> .....	<b>8</b>
<b>4. Prioridades da CEDEAO em matéria de redução do risco de catástrofes (RRC) sensível ao género</b> .....	<b>9</b>
<b>4.1. Principais conclusões sobre a situação atual do género e da RRC na CEDEAO.</b>	<b>9</b>
<b>4.2. Quais são as características da RRC sensível ao género?</b> .....	<b>12</b>
RRC sensível ao género: políticas e legislação.....	16
RRC sensível ao género: programação inclusiva.....	17
RRC sensível ao género: análise de género e entendimento da perspetiva de género no risco .....	18
RRC sensível ao género: reconstruir melhor e incentivar a participação das mulheres na tomada de decisões.....	19
<b>5. Plano de Ação Sensível às Questões de Género da CEDEAO para 2020-2030</b> ....	<b>20</b>
<b>ANEXOS EGPA CEDEAO RRC</b> .....	<b>35</b>
<b>ANEXO A: Perfil de Risco Regional Sensível ao GÉNERO</b> .....	<b>36</b>
<b>ANEXO B: QUADROS E Políticas Globais PARA A RRC SENSÍVEL AO GÉNERO</b> .....	<b>41</b>
Global .....	41
Continental .....	41
<b>ANEXO C: Políticas Nacionais de Apoio à RRC, ao Género e às Alterações Climáticas</b>	

<b>ANEXO D: Consultas às Partes Interessadas da CEDEAO .....</b>	<b>52</b>
<b>Pontos Focais ou Representantes Nomeados da Redução de Risco de Catástrofes da CEDEAO .....</b>	<b>52</b>
<b>Pontos Focais ou Representantes Nomeados de Género.....</b>	<b>54</b>
<b>Outras Partes Interessadas da CEDEAO Consultadas .....</b>	<b>55</b>
<b>Lista de Colaboradores da CEDEAO Consultados .....</b>	<b>58</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>59</b>

## LISTA DE ACRÓNIMOS

AAC	Adaptação às Alterações Climáticas
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AUDA-NEPAD	Agência de Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano
BafD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
EGDC	Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CER	Comunidade Económica Regional
CILSS	Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sael
CORAF	Conselho da África Ocidental e Central para a Investigação e o Desenvolvimento Agrícola (CORAF-WECARD)
ECREEE	Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO
ECOWARN	Sistema de Alerta Precoce da CEDEAO
EGPA	Estratégia de Género e Plano de Ação
EGPA RRC	Estratégia de Género e Plano de Ação para a Redução do Risco de Catástrofes
EPA	Estratégia e Plano de Ação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
ONU ULHERES	Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres
WASCAL	Centro de Serviços Científicos da África Ocidental sobre Alterações Climáticas e Uso Adaptado do Solo
GFDRR	Fundo Global para Redução e Recuperação de Desastres
GRC	Gestão de Risco de Catástrofes
ICRISAT	Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas para os Trópicos Semi-Áridos
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
MDTF	Fundos Fiduciários Multi-Doadores
OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
COM	Centro de Observação e Monitorização
PADEP	Programa de Paz e Desenvolvimento
PDNA	Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe
ONGIs	Organizações Não Governamentais Internacionais
PDA	Plano de Ação
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QSRRC	Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes
ONU	Organização das Nações Unidas
R2	Área de Resultados 2
RRC	Redução de Risco de Catástrofes
SE4ALL	Energia Sustentável para Todos
UE	União Europeia
VbG	Violência baseada no Género
WASH	Água, Saneamento e Higiene
WAAPP	Programa de Produtividade Agrícola na África Ocidental

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A incidência de eventos e catástrofes climáticos extremos na região da CEDEAO tem crescido significativamente nas últimas quatro décadas – ameaçando os ganhos socioeconómicos. Por isso, os estados membros e a Comissão reforçaram as suas respostas antes, durante e depois das catástrofes, assim como desenvolveram mecanismos para a coordenação regional num contexto em que as condições meteorológicas nunca respeitam as fronteiras nacionais. Para consolidar esta abordagem e garantir uma assistência adequada a todos, as políticas da CEDEAO têm vindo a assinalar cada vez mais como os riscos e impactos associados às catástrofes e perigos induzidos pelo clima não se distribuem igualmente por toda a sociedade. Para colmatar estas nuances essenciais, a CEDEAO tem apoiado a análise de género do risco de catástrofes para melhor compreender as capacidades diferenciais e os desafios enfrentados pelas mulheres, homens, raparigas e rapazes.

A Estratégia de Género e Plano de Ação da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes (EGPA CEDEAO RRC) é um aspeto essencial deste trabalho; e tem como objetivo ajudar os estados membros a construir resiliência aos perigos naturais que atingem todos os segmentos da sociedade. Enquanto o Plano de Ação se constrói nas atividades de GRC aceites pelos estados membros<sup>1</sup>; garantindo que a linguagem é sensível ao género; é com a estratégia que aprendemos *como* fazer isto. Ao utilizar exemplos de toda a região das melhores práticas de implementação que têm em consideração o género, sublinhamos que a sensibilidade ao género não tem a ver com fazer uma cruzinha numa caixa, mas sim com ver as coisas de maneira diferente – com uma ótica de género. Estes exemplos dos nossos estados membros ilustram como uma ótica de género pode ser aplicada a atividades já planeadas a fim de garantir que se dirigem às necessidades de *todas* as nossas comunidades em toda a sua complexidade. O resultado final serão vidas salvas, ao garantirmos que mulheres e homens são igualmente ajudados e habilitados a lidar com catástrofes naturais.

A EGPA CEDEAO RRC foi preparada usando uma abordagem colaborativa baseada na consulta inclusiva de uma variedade de participantes regionais, nacionais e sub-nacionais do governo, do setor privado e de organizações académicas e da sociedade civil. A estratégia global e as ações associadas foram delineadas por uma análise de género da Comissão e dos Estados Membros da CEDEAO, tendo como base pesquisas documentais, reuniões pessoais e consultas remotas com a Comissão da CEDEAO, e Pontos Focais de Género e de RRC dos Estados Membros, assim como com outros participantes do governo, do setor privado e não-governamental. Como parte da evolução da EGPA, a CEDEAO suscitou novas colaborações juntando, pela primeira vez, as RRC e Pontos Focais de Género dos estados membros. Esta polinização cruzada de ideias e experiências construiu uma fundamentação sólida para uma colaboração multidisciplinar essencial e em curso. Através destas interações, os representantes dos estados membros viram que, embora o contexto do país seja importante, todas as boas RRC devem começar por uma compreensão clara das necessidades das comunidades – e trabalhar a partir deste conhecimento para desenvolverem respostas eficazes e inclusivas.

---

<sup>1</sup> A EGPA CEDEAO RRC é um documento complementar do Plano de Ação de RRC 2015-2030, que delinea atividades e serviços a serem desenvolvidos e implementados, alinhados com as estratégias existentes da CEDEAO, da União Africana (UA) e de estratégias internacionais; nomeadamente a Agenda 2063 da UA e o Quadro de Sendai para Redução de Risco de Catástrofes (QSRRC). Acrescentada a estes, existe uma ótica de género, proveniente da Estratégia para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (EIGEM) 2018-2028 da União Africana, da Política de Género 2005 da CEDEAO e da Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região da CEDEAO de 2015.

## DEFINIÇÕES CHAVE DE GÉNERO E IGUALDADE DE GÉNERO

A Comissão da CEDEAO continua a demonstrar o seu comprometimento para com o género complementando o seu quadro institucional com estratégias, políticas, leis e ações. A EGPA CEDEAO RRC assegura que o género está integrado no compromisso para a redução do risco de catástrofes da região – em linha com os compromissos regionais, continentais e internacionais para a igualdade de género.

<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
Discriminação positiva	Um programa ou uma medida de orientação que procura corrigir discriminações passadas ou atuais adotando medidas ativas que garantam a igualdade de oportunidades em todas as esferas da vida.
Discriminação	Qualquer tipo de distinção, exclusão ou restrição que tem como objetivo prejudicar ou anular o reconhecimento dos direitos humanos e das liberdades fundamentais políticas, económicas, sociais, culturais ou civis ou de quaisquer outras, ou ameaçar a fruição ou o exercício dos direitos humanos e das liberdades por qualquer indivíduo.
Género	Os papéis, deveres e responsabilidades que a cultura e a sociedade atribuem às mulheres, aos homens, às raparigas e aos rapazes e que mudam ao longo do tempo e espaço.
Alterações Climáticas	Todas as alterações das características climáticas numa dada localização ao longo do tempo: aquecimento ou arrefecimento, assim como algumas formas de poluição atmosférica, resultantes de atividades humanas que ameaçam alterar significativamente o clima, levando ao aquecimento global.
Igualdade de Género	A igual fruição dos direitos e acesso aos recursos por parte das mulheres, dos homens, das raparigas e dos rapazes em todas as esferas da vida.
Equidade de Género	A distribuição justa de benefícios, recompensas e todas as oportunidades entre homens e mulheres, raparigas e rapazes, baseada no respeito pelas suas diferenças.
Paridade	refere-se a todas as medidas que tenham como objetivo garantir a participação igual das mulheres na esfera política, na área do emprego (acesso a uma profissão, oportunidades iguais de recrutamento, emprego e avaliação igual, salário igual) e em termos de representação nos níveis de topo da liderança de empresas e instituições.
Integração da Perspetiva de Género	Um processo de identificação da disparidade de géneros com o objetivo de assegurar que as preocupações e experiências das mulheres, dos homens, das raparigas e dos rapazes são, como um todo, tidas em conta na conceção, implementação, monitorização e avaliação das políticas e programas em todas as esferas a fim de garantir benefícios iguais para todos.
Violência de Género	Todos os tipos de atos perpetrados contra mulheres, homens, raparigas e rapazes tendo como base o seu sexo, causando ou sendo capazes de causarem danos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos, incluindo a ameaça de usar esses atos ou o facto de impor restrições arbitrárias ou a privação das liberdades fundamentais na vida privada ou pública em tempos de paz e durante períodos de conflitos armados ou não.
Sexo	As diferenças biológicas entre mulheres e homens.

Fonte: Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na Região da CEDEAO (2015)

## 1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

Refletindo uma tendência global, a incidência de acontecimentos climáticos extremos e catástrofes na África Ocidental cresceu significativamente durante as duas últimas décadas e prevê-se que esta tendência continue no contexto de um clima em mudança<sup>2</sup>. Os riscos de catástrofes atuais e potenciais continuam a ser um desafio sério para o desenvolvimento socioeconómico inclusivo e para a paz e segurança da região num futuro previsível.

As catástrofes não afetam todas as pessoas da mesma maneira – pelo contrário, isso depende dos níveis de vulnerabilidade, que variam com as várias facetas de identidade socialmente construídas, tais como o género. Num mundo de géneros desiguais, as mulheres e as raparigas suportam frequentemente o embate dos impactos das alterações climáticas e catástrofes<sup>3</sup>. Sem consideração expressa, as abordagens à Gestão do Risco de Catástrofes (GRC) e à Adaptação às Alterações Climáticas (AAC) tendem a ignorar o género. Como consequência, as soluções são invisíveis para as diferenças de género e, por isso, não são eficazes, tendo o potencial de exacerbar as desigualdades e disparidades de género entre mulheres e homens em termos de pobreza, trabalho e acesso a recursos.

Reconhecendo a necessidade de uma política deliberada e de intervenções técnicas para abordar as vulnerabilidades diferenciadoras das mulheres, dos homens, dos rapazes e das raparigas durante e depois de um acontecimento catastrófico, a CEDEAO, em cooperação com os estados membros, criou a Estratégia de Género e o Plano de Ação (2020-2030) da CEDEAO para a Redução do Risco de Catástrofes (EGPA CEDEAO RRC). Apesar de exprimir o seu compromisso para com a redução do risco de catástrofes e para com a igualdade de género, até agora não houve estratégia e plano de ação para unir os dois campos, para garantir uma RRC sensível ao género. A EGPA CEDEAO RRC é um documento complementar ao Plano de Ação de RRC da CEDEAO 2015-2030, que melhora a estratégia existente com acordos de género regionais e continentais. O Plano de Ação replica os quatro pilares estratégicos já adotados (nomeadamente compreender os riscos das catástrofes, reforçar a governança dos riscos das catástrofes para gerir os riscos de catástrofes, investir na RRC para resiliência e melhorar a preparação para as catástrofes para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução). Acrescenta uma ótica de género a cada atividade baseada nestes acordos e fornece um sistema através do qual a RRC e os pontos focais de género ao nível da Comissão e dos estados membros podem colaborar e trabalhar em parceria para garantir uma RRC sensível ao género que reduza equitativamente os riscos para mulheres, homens, raparigas e rapazes.

## 2. REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES SENSÍVEL AO GÉNERO

**«Países que não promovam ativamente a participação total das mulheres na educação, política e força de trabalho irão ter muito mais dificuldades do que a maioria quando se tratar de reduzir o risco e de se adaptarem às alterações climáticas.»**

**Margareta Whalström, Secretária Geral das Nações Unidas para a Redução do Risco de Catástrofes**

<sup>2</sup> Scheuren, J-M.; le Polain de Waroux, O.; Below, R.; Guha-Sapir, D.; Ponserre, S. (2007) “Annual Disaster Statistical Review: The Numbers and Trends”. Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Catástrofes (CPEC).

<sup>3</sup> PNUD (2009). “Gender Equality and UNDP. Fast Facts.” Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**«As mulheres são largamente marginalizadas no desenvolvimento da política de Gestão de Risco de Catástrofes e nos processos de tomada de decisão e as suas vozes não são ouvidas.»<sup>4</sup>**

**As diferenças de género na vulnerabilidade refletem os papéis e comportamentos social e culturalmente construídos que atribuímos às mulheres e aos homens.** O Anexo A resume um perfil de risco baseado no género para a região da CEDEAO.

**As mulheres e as raparigas enfrentam uma série de desafios durante a recuperação e a reconstrução...**

- VbG
- Meios de Vida
- Posse de terra/Direito de Propriedade
- Perda de Educação
- Casamentos infantis e forçados
- Saúde Reprodutiva
- Saúde Mental
- Abrigo /Casa
- Necessidades médicas
- Seguro (GFDRR Estratégia de Género)

**As catástrofes afetam mulheres, homens, raparigas e rapazes de forma diferente devido a desigualdades de género causadas por condições socioeconómicas, crenças culturais e práticas tradicionais que têm colocado repetidamente as mulheres em desvantagem<sup>5</sup>.** Isto pode dever-se a uma série de fatores, incluindo diferenças na forma como homens e mulheres são informados pelos sistemas de aviso prévio; até que ponto a informação é matizada pelo género; e o poder da tomada de decisões na família sobre quando e como evacuar<sup>6</sup>. Algumas mulheres podem ter limitações

fisiológicas que lhes podem prejudicar as probabilidades de sobrevivência<sup>7</sup>. Além disso, comparando com homens e rapazes, as mulheres podem enfrentar maiores dificuldades para fugirem com os filhos ou com os familiares idosos por lhes serem atribuídas as responsabilidades de tomarem conta deles, ou quando estão grávidas<sup>8</sup>. Tipicamente, as mulheres são mais vulneráveis do que os homens aos efeitos das catástrofes e das alterações climáticas. Os estudos mostram que, na maior parte das situações de crise, as mulheres e as crianças constituem a maioria das pessoas afetadas (por ex., mais de 75 por cento dos desalojados pelas catástrofes e, tipicamente, 70-80 por cento dos que precisam de assistência em situações de emergência)<sup>9</sup>. Em consequência disso, as taxas de mortalidade nas catástrofes são mais altas para as mulheres do que para os homens, principalmente naqueles países em que os direitos sociais e económicos das mulheres estão limitados. Alguns estudos relativos às mulheres e às crianças concluíram que elas têm 14 vezes mais probabilidades do que os homens de morrerem durante catástrofes naturais<sup>10</sup>.

<sup>4</sup>EIRRCNU, PNUD e UICN, *Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines*, 2009, p. 24.

<sup>5</sup> Eric Neumayer e Thomas Plümper, "The Gendered Nature of Natural Disasters: The Impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981–2002," *Anais da Associação de Geógrafos Americanos*, vol. 97, número 3, 2007, pp. 551–566. Neumayer e Plümper analisaram catástrofes em 141 países e concluíram que em países onde mulheres e homens tinham os mesmos direitos, as taxas de mortalidade para os dois sexos eram iguais.

<sup>6</sup> Foi este o caso, por exemplo, no Ciclone Gorky do Bangladesh em 1991, em que as mulheres representaram 90 por cento das 140.000 fatalidades. As taxas de mortalidade feminina foram mais substanciais no grupo das idades 20-49, tendo sido 4-5 vezes mais elevadas. Keiko Ikeda, "Gender differences in human loss and vulnerability in natural disasters: A case study from Bangladesh," *Indian Journal of Gender Studies*, setembro 1995, vol. 2 n.º 2, pp. 171-193. Por oposição, o Banco Mundial regista que a não existência de mortes numa comunidade afetada pelo Furacão Mitch na Nicarágua foi o resultado do envolvimento das mulheres na educação para a prevenção e outras atividades, incluindo a monitorização do sistema de alerta precoce. Banco Mundial, *Gender and Climate Change: Three Things You Should Know*, 2011, p. 5

<sup>7</sup> Oxfam, *The Tsunami's Impact on Women*, Nota Informativa, 2005.

<sup>8</sup> EIRRCNU, PNUD e UICN, *Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines*, 2009, p. 38.

<sup>9</sup> Estes números refletem a típica percentagem demográfica das populações nos países em desenvolvimento. Chew e Badras; "Caught in the Storm: The Impact of Natural Disasters on Women, Global Fund for Women", 2005, p.4.

<sup>10</sup> Ariana Araujo e Andrea Quesada-Aguilar, *Gender Equality and Adaptation*, União Internacional para a Conservação da Natureza, 2007, [www.gdonline.org/resources/IUCN\\_FactsheetAdaptation.pdf](http://www.gdonline.org/resources/IUCN_FactsheetAdaptation.pdf); PNUD, *Gender and Disasters*, outubro 2010. Ver também: Neumayer e Plümper, op. cit.; Oxfam, *The Tsunami's Impact on Women*, Nota Informativa, 2005, <http://www.oxfam.org/en/policy/bn050326-tsunami-women>. Todavia, os homens podem ter mais probabilidades de adotar comportamentos de risco, devido às normas sociais prevalentes, que podem originar taxas de mortalidade masculina

**Abordagens que ignoram o fator género no socorro e na recuperação pós-catástrofes podem reforçar as desigualdades.** Da mesma maneira, as estratégias para lidar com as dificuldades também são diferentes entre homens e mulheres, assim como a participação nos processos de prevenção, auxílio, recuperação e reconstrução<sup>11</sup>. Durante a fase de recuperação e reconstrução, as vulnerabilidades e os padrões de discriminação pré-existentes são habitualmente exacerbados, uma vez que as mulheres e as raparigas podem enfrentar riscos específicos, incluindo acesso desigual ao auxílio, discriminação no fornecimento de ajuda, perda da utilização consuetudinária da terra e acesso desigual à restituição de propriedade<sup>12</sup>. O colapso das estruturas sociais, que são muitas vezes prevaletentes durante crises, também resulta em riscos de proteção para as mulheres e, por isso, as mulheres podem enfrentar o risco aumentado de violência doméstica e de outras formas de violência e exploração sexual e baseadas no género, incluindo o tráfico<sup>13</sup>.

*A robustez da recuperação pós-catástrofes reside na qualidade da resposta às necessidades tanto das mulheres como dos homens. A recuperação tem o potencial de transformar relações de poder desiguais que contribuem para vulnerabilidades diferenciadas por género, uma vez que fornece uma «janela de oportunidade» para a promoção da igualdade de género. Contudo, é importante estarmos cientes de que as tentativas para promover o empoderamento das mulheres podem enfrentar uma reação adversa, dado que a resistência às mudanças nas normas pode reforçar ainda mais essas mesmas normas.*

Estratégia de Género GFDRR BM

**As mulheres têm contribuições importantes a dar na gestão dos riscos de catástrofes e climáticos.** Embora as mulheres possam não ter posições de liderança política visíveis em números significativos, são, no entanto, fundamentais para um tecido social da sociedade e, assim, para a sua capacidade de resiliência. Modelam comportamentos e transmitem cultura e conhecimento através de redes familiares e sociais que são muito importantes para a prevenção do risco e esforços de resposta<sup>14</sup>. Além disso, a liderança das mulheres nas organizações da sociedade civil pode garantir a participação destas em processos mais formais de RRC, de resposta e recuperação<sup>15</sup>. O trabalho das mulheres tem importância no espetro económico e deve ser tido em conta nos esforços de RRC. As mulheres são frequentemente professoras, enfermeiras e assistentes sociais e como tal estão bem colocadas para avaliar as necessidades da comunidade e implementar os programas de auxílio e recuperação nas situações de catástrofes<sup>16</sup>. Nas áreas rurais, as mulheres têm um papel importante nos meios de subsistência agrícola e pastoril, tendo frequentemente a grande responsabilidade de gerir os recursos produtivos, como terra, água,

---

mais altas, como foi observado nas reações ao Furacão Mitch. Ver, por exemplo: Banco Mundial, "Hurricane Mitch: The gender effects of coping and crises," Poverty Reduction and Economic Management Notes, agosto 2007, Nº. 57.

<sup>11</sup> Ver por exemplo: Elaine Enarsson, "Promoting Social Justice in Disaster Reconstruction: Guidelines for Gender-Sensitive and Community-Based Planning," em K.R. Gupta, ed., *Urban Development Debates in the New Millennium* (Nova Deli, Índia: Atlantic Publishers and Distributors, 2005), pp. 25-33, e Banco Mundial, *Gender and Climate Change: Three Things You Should Know*, 2011, p. 7.

<sup>12</sup> Ver: Diretrizes Operacionais sobre a Proteção de Pessoas em Situações de Catástrofes Naturais do Comité Permanente Inter-Agências (IASC, na sigla inglesa), Projecto Brookings-Bern sobre Pessoas Deslocadas Internamente, janeiro 2011, (adotado pelo IASC em 2010).

<sup>13</sup> As Diretrizes Operacionais do Comité Permanente Inter-Agências sobre violência baseada no género (2005) recomendam que os agentes humanitários assumam que a violência sexual está presente em todas as situações de deslocamento e emergência. Ver também: David R. Hodge e Cynthia A. Lietz, "The international sexual trafficking of women and children: A review of the literature", Vol. 22, Nº. 2, 2007, pp. 163-174; Elaine Enarson, "Battered Women in Disasters: A Case Study of Gender Vulnerability", Comunicação apresentada à ASA, 1998; Victoria Constance, "Disaster and Domestic Violence: Evaluating an Innovative Policy Response", em *Women in Disasters: Conference Proceedings and Recommendations*, maio 5-6, 1998, Vancouver, Colúmbia Britânica.

<sup>14</sup> Brookings 2012. Brookings Institution: *The Year of Recurring Disasters: A Review of Natural Disasters in 2012*: Ferris, Petz, Stark: Capítulo 4: *DRM A Gender Sensitive Approach*.

<sup>15</sup> Por exemplo, os estudos descobriram que grupos de mulheres desempenhavam papéis importantes em, pelo menos, alguns processos de paz, embora as mulheres não fizessem oficialmente parte da «mesa das negociações». Ver: *Brookings-Bern Project on Internal Displacement, Addressing Internal Displacement in Peace Processes, Peace Agreements and Peace-Building*, setembro, 2007.

<sup>16</sup> Brookings 2012. Brookings Institution: *The Year of Recurring Disasters: A Review of Natural Disasters in 2012*: Ferris, Petz, Stark: Capítulo 4: *DRM A Gender Sensitive Approach*.

gado, biodiversidade, forragem, combustível e alimentos. Também contribuem com trabalho e energia para a criação de rendimento e executam uma quantidade desproporcionada de trabalho diário nas esferas da casa e da comunidade<sup>17</sup>.

**Há provas substanciais de que as mulheres são agentes de mudança poderosos durante e depois de catástrofes. No entanto, o desafio está na tradução da política para a prática efetiva.** «Muito do trabalho real está a ser feito pelas mulheres, mas não integrado em políticas e processos de tomada de decisão. Para as mulheres, tornarem-se visíveis é um desafio.» (Akiko Domoto, antigo Governador da Prefeitura de Chiba no Japão)<sup>18</sup>. Este fosso é evidente em todo o mundo. Segundo um inquérito de 2009 da Comissão Huairou, as organizações da sociedade civil de mulheres ativas na RRC na América Latina, Caraíbas, Ásia, África, Médio Oriente e na região do Norte de África sentiam-se excluídas da preparação da emergência nacional e de outros programas para a redução dos riscos de catástrofes<sup>19</sup>. Da mesma maneira, no que se refere a negociações sobre as alterações climáticas, processos e instituições, a tendência é para a inexistência de participação formal das mulheres, apesar do importante comprometimento a nível local<sup>20</sup>.

### **O que envolve a RRC sensível ao género?**

O GFDRR do Banco Mundial sugere os passos seguintes:

#### **1. Coligir e Analisar Dados de Diferenciação de Género**

- Considerar dinâmicas intrafamiliares;
- Incluir a análise de género na avaliação dos prejuízos e das perdas e prestar atenção especial ao setor informal;
- Propor critérios e meios para desagregar dados, por ex., através da utilização de amostras ou inquéritos;
- Os dados desagregados por sexo, idade e deficiência (DDSID) são particularmente eficazes.

#### **2. Comunicar, Consultar e Interagir com Mulheres, Homens, Rapazes e Raparigas afetados, usando Técnicas Inclusivas e Participativas:**

- Procurar formas de aceder aos conhecimentos das mulheres locais sobre perigos, catástrofes e recuperação de catástrofes;
- Facilitar fóruns de comunicação com especificação de género;
- Ter em consideração a forma como mulheres e homens usam os meios de comunicação;
- Utilizar técnicas de outros participantes e comunidades.

#### **3. Dar Recomendações para a Priorização de Necessidades de Recuperação específicas do Género**

- Considerar prioridades tanto a curto como a longo prazo: no rescaldo imediato de uma catástrofe, as populações têm de ser protegidas de danos físicos e psicológicos. A longo prazo, o princípio deve ser «reconstruir melhor» de uma forma que seja inclusiva;

<sup>17</sup> Christian Nellemann et al., (eds.), Women at the Frontline of Climate Change: Gender Risks and Hopes. A Rapid Response Assessment, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, GRID-Arendal, 2011, p. 29, www.unep.org.

<sup>18</sup> Estratégia Internacional da ONU para a Redução de Catástrofes, "Japanese experts call for gender equality", 2012

<sup>19</sup> Comissão Huairou (CH), "Women's Views from the Frontline," 2009.

<sup>20</sup> Christine Haigh e Bernadette Vallely, *Gender and the Climate Change Agenda: The impacts of climate change on women and public policy*, Women's Environmental Network, 2010; Christian Nellemann et al., (eds), «Women at the Frontline of Climate Change: Gender Risks and Hopes. A Rapid Response Assessment», 2011, pp. 31-33; «Streamlining Climate Change and Gender: Gender Equality, Climate Caucus», acedido a 7 de março 2013.

- Tentar limitar as recomendações a umas quantas ações estratégicas e realistas, tendo em conta os recursos disponíveis, a capacidade dos parceiros do governo para as implementar e o contexto sociocultural do país;
- As prioridades devem então ser incluídas em todos os planos e normas.

### 3. POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES PARA O GÉNERO E RRC DA CEDEAO

A comunidade internacional tem vindo a prestar cada vez mais atenção e a estabelecer compromissos para possibilitar a redução do risco de catástrofes, ações para enfrentar as alterações climáticas e conseguir a igualdade de género através do fortalecimento dos poderes de todas as mulheres e de todas as raparigas. Os compromissos globais fundamentais incluem o Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes, e a Plataforma para a Ação de Pequim (sobre Género) (Anexo B). Estes foram adotados e traduzidos para o contexto local na União Africana: políticas específicas do continente, como a Estratégia Regional Africana para a Redução do Risco de Catástrofes (ARSDRR) e a Estratégia para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da UA, possibilitaram que as CERs e os Estados Membros transformassem os compromissos em atividades e programas concretos no terreno.

A CEDEAO vê a igualdade de género como um motor da integração regional e um objetivo de desenvolvimento *per se*. Este reconhecimento está refletido nos Artigos 61 e 63 do Tratado Revisto da CEDEAO que instiga os «Estados Membros a formularem, harmonizarem, coordenarem e implementarem as políticas e mecanismos apropriados a fim de melhorarem as condições económicas, sociais e culturais das mulheres.»

Os Estados Membros também têm compromissos de igualdade de género expressos ou apoiados por instituições regionais mais amplas, como a Carta da União Africana (UA) e o Protocolo de Maputo; Agência para o Desenvolvimento da União Africana - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (AUDA-NEPAD) - quinto objetivo da igualdade de género; A política de Género do Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sael (CILSS) (2008); e a Política de Género e Estratégias e Planos de Ação Subsequentes do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) (2001). A CEDEAO e os seus Estados Membros fizeram inúmeros compromissos para conseguirem energia sustentável e acesso à energia. Todos os Estados Membros da CEDEAO fazem parte da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (1992); assinaram a iniciativa da Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) das Nações Unidas (2011); e têm mostrado estar empenhados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

#### 3.1 Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região

A Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região (2015) contem dois artigos relacionados com a GRC. Artigo 38 – Os Estados Membros devem implementar políticas e programas para reduzir os impactos negativos das alterações climáticas nos cidadãos (em particular, nas mulheres) através de: (a) criação de mecanismos para a gestão do ecossistema e a prevenção de catástrofes naturais, tendo em consideração a igualdade de direitos entre mulheres e homens; (b) adoção de programas e planos regionais sensíveis ao género para proteger o ambiente e os recursos naturais; e (c) apoio às campanhas de Informação, Educação e Comunicação (IEC) e de Comunicação para a Mudança de Comportamentos (CMC) sobre a preservação do ambiente, dos recursos naturais e os efeitos das alterações climáticas. O Artigo 42 menciona que os Estados Membros deverão responsabilizar-se pela integração da perspectiva de género no sistema de

gestão coordenada e harmonizada das crises de alimentos e outras catástrofes naturais (fogos, inundações, pragas de insetos, secas, etc.).

### **3.2. Política de Género da CEDEAO 2005**

A Política de Género da CEDEAO de 2005 tem como objetivo criar um ambiente que permita a igualdade e a equidade; uma abordagem regional à igualdade de género e ações para os direitos humanos; aumento dos papéis de participação/liderança das mulheres; acesso equitativo à educação de qualidade e às preocupações sociais/culturais das mulheres; desenvolvimento económico e participação equitativa das mulheres; proteção legal dos homens e das mulheres.

### **3.3. Outras Políticas Relacionadas**

A Política para a Integração do Género no Acesso à Energia da CEDEAO foi elaborada pelo Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE). O ECREEE, em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e o Laboratório Nacional de Energia Renovável (LNER) dos Estados Unidos, desenvolveu uma Política para a Integração do Género no Acesso à Energia da CEDEAO. Esta Política tem como objetivo resolver as barreiras existentes que possam impedir a participação igual das mulheres e dos homens na expansão do acesso à energia na África Ocidental.

Em 2017, a Comissão da CEDEAO, em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicou um Estudo de Diagnóstico para sustentar a formulação e implementação do Trabalho Decente e promover o crescimento económico inclusivo e sustentável e o emprego pleno e produtivo para todos. Vários departamentos da CEDEAO, estados membros e participantes importantes contribuíram para o Estudo de Diagnóstico, que revelou as falhas no trabalho decente na região e destacou as áreas que precisavam de intervenção no mundo do trabalho.

Foram identificadas três áreas prioritárias, tendo como base as conclusões do Estudo:

1. Promoção das Oportunidades de Emprego
2. Alargamento da Cobertura da Proteção Social
3. Implementação efetiva dos Normas Internacionais do Trabalho

#### **Outras políticas e estratégias relacionadas com o género incluem:**

- Roteiro para Lei Complementar sobre Igualdade de Género
- Plano de Ação da CEDEAO: Género e Migração
- Plano de Ação da CEDEAO: Género e Comércio (2015-2020)
- Plano de Ação Regional da CEDEAO para Combater a Fístula Obstétrica na África Ocidental
- Estratégia de Género do Parlamento da CEDEAO
- Quadro estratégico de Género e Eleições (QEGE) e Plano de Ação da CEDEAO (2016)

#### **Outras políticas e estratégias relevantes da CEDEAO incluem:**

- Política Ambiental da CEDEAO (2008)
- Programa Estratégico para a Redução da Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas na África Ocidental da CEDEAO (2017)
- Estratégia Regional para a Redução da Vulnerabilidade e Adaptação às Alterações Climáticas na África Ocidental da CEDEAO (2012)

### **3.4. Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO**

O Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO (EGDC) foi criado em 2003 através da Decisão A/DEC 16/1/03 da Conferência de Chefes de Estados e Governo da CEDEAO para fornecer à CEDEAO uma agência especializada no género e no desenvolvimento. O Centro depende do gabinete do Comissário para os Assuntos Sociais e de Género. O EGDC é responsável pela promoção da igualdade e equidade de género na região e pela implementação das políticas de género e planos de ação ao nível descentralizado.

O EGDC tem os seguintes papéis e objetivos:

- Mobilizar as mulheres e capacitá-las para serem participantes ativas no processo de integração regional;
- Integrar a perspetiva de Género nas instituições e Estados membros da CEDEAO;
- Trabalhar com os Estados Membros para implementar a Política Geral e o Plano Estratégico;
- Investigar questões de género;
- Trabalhar com os Estados Membros para coligir, comparar e analisar dados desagregados por sexo;
- Dirigir a construção da sensibilização, treino e capacidade nos Estados Membros;
- Desempenhar um papel de defesa;
- Trabalhar em rede e formar parcerias com a Sociedade Civil;
- Disseminar a informação através de vários meios de comunicação, incluindo boletim informativo;

Desde a sua criação, a EGDC adotou as ferramentas seguintes:

- 2004: Adoção do Plano de Ação da EGDC 2005-2007
- 2008: Adoção do Plano Estratégico da EGDC 2009-2013
- 2010: Adoção do Plano de Ação Regional da CEDEAO para a implementação das Resoluções do Conselho de Segurança 1325 e 1820 da ONU.

## 4. PRIORIDADES DA CEDEAO EM MATÉRIA DE REDUÇÃO DO RISCO DE CATÁSTROFES (RRC) SENSÍVEL AO GÉNERO

Com vista a *atualizar* e a *melhorar* o seu Plano de Ação de RRC (2015-2030) com os ensinamentos colhidos até à data e a incorporação de uma ótica de género, o pessoal da CEDEAO dedicado à RRC e às questões de género, sob supervisão do Banco Mundial, contratou uma equipa de consultores internacionais de toda a região com a finalidade de conduzir consultas às partes interessadas. No âmbito desta análise, os pontos focais dos Estados Membros no domínio da RRC e do género apresentaram opiniões e contributos cruciais durante uma conferência de cinco dias, a primeira a combinar integralmente a RRC e o género. Além disso, a equipa consultou igualmente agências governamentais, ONG e doadores relevantes, que apoiam ativamente a redução do risco de catástrofes e os esforços de capacitação das mulheres nos Estados Membros da CEEAC. As conclusões destas consultas proporcionaram inúmeros conhecimentos sobre as barreiras e oportunidades em termos de redução do risco de catástrofes sensível ao género. (Está disponível no anexo D uma lista completa dos entrevistados).

### 4.1. Principais conclusões sobre a situação atual do género e da RRC na CEDEAO

#### Sucesso

- **Melhores práticas a nível nacional:** As entrevistas relevaram muitos exemplos inovadores de abordagens à RRC sensíveis ao género em todos os Estados Membros da CEDEAO (consultar os exemplos no Anexo).
- **Apoio à RRC sensível ao género:** As consultas às partes interessadas foram consideradas um mecanismo útil para obter a aceitação e compreensão da RRC sensível ao género. Verificou-se um apoio esmagador dos pontos focais, das ONG, do meio académico e do setor privado dos Estados Membros à RRC sensível ao género como sendo indispensável para melhorar a eficácia das intervenções em matéria de risco de catástrofes. Verificou-se igualmente um forte apoio às orientações da CEDEAO neste domínio.
- **Comunicação:** Os entrevistados observaram com frequência que estavam a ocorrer inúmeras intervenções positivas, que não eram muitas vezes “publicitadas” nos países ou entre estes: no entanto, sempre que estes tópicos eram abordados em reportagens noticiosas ou artigos de jornal, o apoio a intervenções de género aumentava porque o público em geral compreendia a sua utilidade.

## Desafios

- **Compreender a RRC sensível ao género:** Persiste também alguma confusão relativamente à definição de género e à garantia da sua representação eficaz e estratégica. Os condicionalismos referidos resultam ainda num entendimento limitado da perspetiva de género no risco. O entendimento básico da perspetiva de género no risco de catástrofes é um pré-requisito importante para a RRC e a AAC sensíveis ao género. Apesar das diferenças entre homens e mulheres na forma como encaram os riscos e os seus efeitos potenciais, este aspeto raramente é considerado no planeamento ou na resposta ao risco de catástrofes.
- **Falta de dados:** os dados desagregados por sexo e idade continuam a não constituir a norma (idealmente, dados desagregados por sexo, idade e deficiência). Embora se reconheça generalizadamente que existe uma necessidade de dados (e indicadores) desagregados por sexo, estas informações não estão, por norma, a ser recolhidas. Mesmo quando os formulários de avaliação rápida são desagregados por género, deficiência e idade, em conformidade com o Quadro de Sendai, esta desagregação não se traduz na aplicação a nível local.
- **O género está institucionalmente marginalizado nos Estados Membros** e a integração do género nos planos e políticas governamentais e nas estruturas institucionais nacionais para a RRC e a AAC muitas vezes não é estratégica, mesmo quando existem políticas.
- **Implementação da RRC sensível ao género no ciclo de preparação, resposta e reabilitação:** embora existam esforços robustos de coordenação da RRC na região, muitas vezes os procedimentos não incluem considerações de género ou este é referido de forma insuficiente. A integração é também limitada nas estruturas funcionais, como os comités técnicos nacionais de gestão de catástrofes, que muitas vezes carecem de representação suficiente dos ministérios dedicados ao género ou das organizações de mulheres. Por outro lado, existe uma enorme lacuna na integração da perspetiva de género no planeamento em todo o ciclo da RRC, desde a preparação à resposta e à recuperação. A implementação de intervenções de género continua a constituir um desafio nos estados membros, apesar da inclusão do género em muitas políticas e estratégias (incluindo no domínio das alterações climáticas). A falta de coordenação entre ministérios e pontos focais responsáveis pela integração da perspetiva de género faz parte deste problema. Como resultado, o género é muitas vezes compartimentado e não é completamente integrado nas instituições e na programação tanto da RRC como de outros setores.
- **A limitada capacidade humana e financeira significa que o género está frequentemente ausente do planeamento e das políticas:** Os recursos humanos de género são muitas vezes departamentos autónomos, em geral com um especialista de género responsável pela integração da perspetiva de género em toda a instituição. É comum, por exemplo, as organizações terem uma “pessoa de género” que acaba por assinalar as casas relativas ao género em todos os projetos, desempenhando mais uma

função de M&A do que de integração da perspectiva de género em todo o ciclo do programa ou do planeamento do projeto. Mesmo quando são nomeados Pontos Focais para o Género em ministérios e instituições, estes carecem muitas vezes de conhecimentos técnicos especializados sobre o género, dado que são nomeados, não sendo necessariamente especialistas nem possuindo a devida formação nos conceitos de género, na análise de género ou nos processos de integração da perspectiva de género nas suas instituições e respetivas atividades.

▪ **Existe uma representação deficiente das mulheres nos diferentes níveis de tomada de decisões da governação de catástrofes.** Tal verifica-se sobretudo ao nível distrital e comunitário em relação a normas de género prescritas socioculturalmente, as quais limitam a participação das mulheres na tomada de decisões. A ausência da voz das mulheres na RRC continua a ser um problema, o qual resulta em estratégias e respostas em matéria de RRC que ignoram o fator género e muitas vezes reforçam e perpetuam as desigualdades entre homens e mulheres. Existe uma necessidade de abordar proativamente a ausência da voz das mulheres na governação de catástrofes a todos os níveis, incluindo a participação das mulheres na tomada de decisões e no planeamento em posições de chefia, designadamente como presidentes, bem como equipas de avaliação e resposta às necessidades equilibradas em termos de género. No que diz respeito a estruturas de resposta, as vozes das mulheres são igualmente pouco significativas, muitas vezes marginalizadas e limitadas à proteção e a grupos ativos no domínio da exploração e abuso sexuais, mas não suficientemente integradas (se é que o estão) em qualquer das demais estruturas. O resultado traduz-se em soluções que ignoram o género e exacerbam as desigualdades.

▪ Torna-se necessário o **desenvolvimento de protocolos e processos que abordem as barreiras enfrentadas pelas mulheres** por forma a garantir a participação ativa na tomada de decisões e o envolvimento nas atividades de RRC.

▪ **Os doadores orientam-se normalmente por programas setoriais específicos, que acabam por se tornar o foco dos programas nos Estados Membros.** Mesmo os mandatos internacionais no âmbito da RRC fazem uma referência limitada ao género – o Quadro de Sendai, por exemplo, inclui a liderança feminina, políticas sensíveis ao género e uma referência aos serviços de saúde sexual e reprodutiva. No entanto, as mulheres são frequentemente incluídas juntamente com as raparigas e os grupos marginalizados, promovendo o paradigma da “vítima”; o termo “igualdade de género” não figura no texto nem há referência aos direitos humanos das mulheres.

▪ **O envolvimento das empresas na RRC tem-se limitado, em larga medida, à prestação de apoio pontual financeiro ou em espécie em resposta aos esforços de recuperação de catástrofes naturais,** sendo a RSE o principal impulsionador. O desenvolvimento de regulamentos nacionais para integrar a RRC no planeamento empresarial é igualmente limitado. No âmbito do Quadro de Sendai, o setor privado foi incluído em todas as secções do texto, mas não foi incluído nenhum texto correlato sobre a responsabilização ou regulação do setor privado.

▪ **Verifica-se uma necessidade de desenvolver protocolos e processos que abordem as barreiras que as mulheres enfrentam ao participar ativamente** na tomada de decisões e no envolvimento em atividades de RRC. Para resolver esta questão, é necessário compreender melhor a posição das mulheres e das raparigas, bem como dos homens e dos rapazes, em termos do entendimento das diferenças em matéria de conhecimentos, capacidade e prioridades. Existe igualmente uma oportunidade para desenvolver orientações de género em protocolos relativos ao planeamento de emergência (no caso de secas, inundações e incêndios), à resposta a situações de emergência e à criação de comités de RRC a nível local, distrital, regional e nacional. Se as ferramentas para o planeamento da RRC incluírem orientações claras sobre a integração da perspectiva de género (por exemplo, o número de homens e de mulheres), existe uma maior oportunidade de integração efetiva da perspectiva de género nas atividades.

As recomendações das intervenções das partes interessadas encontram-se seguidamente resumidas, utilizando o Quadro de Sendai para organizar as prioridades:

Prioridades	Objetivos
<p><b>Prioridade 1:</b> Apoiar uma abordagem à identificação e avaliação dos riscos sensível ao género, que inclua contributos de homens e mulheres para fundamentar uma RRC sensível ao género capaz de questionar as estruturas que dão origem a desigualdades.</p>	<p>1. Melhorar o entendimento da situação de base da perspetiva de género no risco 2. Promover uma maior compreensão e consciência da perspetiva de género no risco de catástrofes</p>
<p><b>Prioridade 2:</b> Viabilizar uma estrutura de governação equitativa do ponto de vista do género (incluindo instituições e políticas) que crie um ambiente propício ao incentivo da RRC sensível ao género</p>	<p>3. Promover a integração do género na Comissão, nos parceiros regionais e na agenda e nos programas de RRC dos Estados Membros da CEDEAO; e assegurar que os Estados Membros incluam uma atenção às questões de género nas suas estratégias e planos de ação em matéria de RRC em harmonia com o Quadro de Sendai 4. Utilizar a capacidade de mobilização para apoiar o desenvolvimento de uma plataforma de género e RRC e uma comunidade de práticas de especialistas em RRC e género que possam apoiar a integração da perspetiva de género 5. Apoiar a igualdade de participação e representação nos níveis de tomada de decisões da governação de catástrofes nos Estados Membros da CEDEAO e nos parceiros regionais</p>
<p><b>Prioridade 3:</b> Garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres para atenuar o risco e construir a resiliência no contexto de um clima em mudança</p>	<p>6. Promover e apoiar a construção de resiliência sensível ao género na programação de nível regional e nacional 7. Apoiar e promover o desenvolvimento de uma base factual para defender a construção de resiliência sensível ao género 8. Forjar parcerias estratégicas com organizações governamentais e não governamentais, incluindo o setor privado, a fim de promover o investimento na construção de resiliência sensível ao género</p>
<p><b>Prioridade 4:</b> Promover a igualdade de oportunidades para a participação dos homens e das mulheres em todas as etapas do ciclo de RRC, bem como a igualdade de oportunidades para que beneficiem da mesma</p>	<p>9. Apoiar o reforço de capacidades de resposta a catástrofes sensível ao género a nível regional e nacional 10. Promover a recuperação sensível ao género construída em torno da inclusão equitativa do ponto de vista do género na tomada de decisões e associar a recuperação a outras etapas do ciclo de RRC (resposta e atenuação de riscos) de modo a apoiar a transformação de normas de género e a criação de resiliência mais equitativa</p>

#### 4.2. Quais são as características da RRC sensível ao género?

## Como desenvolver um plano de ação sensível ao género

O plano de ação em matéria de RRC sensível ao género da CEDEAO para 2020-2030 integra a perspetiva de género na estratégia e no plano de ação de RRC de 2015. Deste modo, baseia-se nos quatro pilares do Quadro de Sendai e o seu acompanhamento e aplicação regem-se pelas disposições já constantes na estratégia e no plano de ação de RRC de 2015 daquele documento. Esta Estratégia de Género e Plano de Ação de RRC fundamenta-se nas perceções e recomendações das consultas às partes interessadas aplicadas ao Quadro de Atividades e em conformidade com a Estratégia de Género da União Africana. No plano de ação de 2015, em algumas áreas prioritárias, foram definidas de comum acordo atividades sensíveis ao género; noutras áreas, é provável que essas atividades ocorram, embora não tenham sido explicitamente mencionadas. No âmbito do plano de ação para 2020-2030, a perspetiva de género está integrada em *todas* as atividades, de acordo com a lógica delineada nas secções anteriores.

A RRC sensível ao género *começa* com um plano de ação que prevê uma ótica de género para cada atividade. Embora a *forma* de conduzir na prática a integração da perspetiva de género esteja frequentemente rodeada de algum mistério, o plano de ação adota a simples abordagem de aplicar uma ótica de género às atividades *habituais* realizadas pela CEDEAO para apoiar a resposta ao risco de catástrofes. Estas atividades estão relacionadas com a redução do risco, a preparação, a resposta e a recuperação e consistem em:

- i. Campanhas de defesa e sensibilização pública
- ii. Elaboração de quadros de políticas regionais e orientações aos Estados Membros
- iii. Protocolos de partilha de dados
- iv. Gestão de conhecimentos e reforço de capacidades
- v. Mecanismos regionais de alerta precoce
- vi. Avaliação de riscos a nível regional
- vii. Financiamento de emergência

Pode ser aplicada às atividades uma ótica de género nas quatro áreas prioritárias do Quadro de Sendai, a fim de garantir a conformidade com as políticas da União Africana relativas ao género e a capacidade de resposta aos Estados Membros que pretendem que a RRC seja sensível ao género:

### Quadro 1: RRC sensível ao género: Quadro de Sendai<sup>21</sup>

Pilar de Sendai	Ótica de género	Exemplos nacionais
<b>1. Compreender os riscos de catástrofes</b>	A análise técnica tem de compreender a perspetiva de género no risco de catástrofes, considerando as necessidades especiais dos homens e das mulheres, bem como das raparigas e dos rapazes, e aplicar esta análise de género à RRC. <i>Conheça os factos</i> realizando análises de género e recolha de dados desagregados por sexo.	O Centro de Serviços Científicos da África Ocidental sobre Alterações Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL) elaborou um estudo sobre "Respostas específicas do género à variabilidade climática num ecossistema semiárido no norte do Benim"  A Iniciativa de Desenvolvimento das Mulheres e dos Jovens (WOYODEV) estabeleceu uma parceria com o projeto de recolha de dados desagregados por sexo da Rede

<sup>21</sup> EIRRCNU, PNUD and UICN, Making Disaster Risk Reduction Gender-Sensitive: Policy and Practical Guidelines, 2009.

		Global de Organizações da Sociedade Civil para a Redução de Catástrofes
<b>2. Reforçar a governação dos riscos de catástrofes para gerir os riscos de catástrofes</b>	Capacitar as mulheres com oportunidades e representação para que participem plenamente nos acordos institucionais e na formulação de políticas: a União Africana conduz uma sondagem anual sobre o equilíbrio de género no seio da sua organização.	<p>A Lei da Paridade de Cabo Verde estabeleceu quotas para a integração progressiva das mulheres em várias esferas sociais; a Costa do Marfim e o Burquina Faso também aplicam quotas para a representação das mulheres nos partidos políticos.</p> <p>A Costa do Marfim criou um Observatório para a Equidade e o Género em 2014 para colaborar com a Plataforma Nacional para a Redução do Risco e Gestão de Catástrofes a fim de implementar a sua Estratégia Nacional e Plano de Ação de Gestão do Risco de Catástrofes, em que o género e as pessoas vulneráveis estão representados.</p>
<b>3. Investir na redução do risco de catástrofes para resiliência</b>	Garantir a afetação equitativa de recursos: as ações específicas de promoção da igualdade de género têm de ser adequadamente financiadas e integradas nos orçamentos de recuperação. A monitorização e a avaliação são essenciais para garantir a aplicação dos princípios da igualdade de género.	Toda a recolha de dados em Cabo Verde é desagregada por sexo e o progresso é acompanhado por um observatório independente.
<b>4. Melhorar a preparação para catástrofes para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor”</b>	As imensas contribuições das mulheres para a recuperação têm de ser alargadas aos níveis nacional e local das políticas, considerando a paridade de género nas estruturas de tomada de decisões em matéria de resposta e recuperação e assegurando que as necessidades das mulheres sejam representadas.	<p>Plano de Ação de Género criado em Cabo Verde para o projeto “Reforço de capacidades para reconstruir melhor”</p> <p>Cabo Verde reforçou a componente de recuperação de catástrofes que consta na Estratégia Nacional de Redução do Risco de Catástrofes para promover a igualdade de género no contexto da gestão de catástrofes e contribuir para “reconstruir melhor”.</p>

A Estratégia de Género da União Africana também pode ser utilizada para identificar atividades sensíveis ao género nos quatro pilares de Sendai que apliquem uma ótica de género às abordagens existentes:

Quadro 2: Estratégia de Género da União Africana aplicada ao Quadro de Sendai

	1. Maximização de resultados, oportunidades e dividendos tecnológicos digitais	2. Dignidade, segurança e resiliência	3. Legislação, políticas e instituições eficazes	4. Liderança, voz e visibilidade
<b>Compreender os riscos de catástrofes</b>	Desenvolver programas de educação, formação, investigação e tecnologia sensíveis ao género	Sensibilização para a necessidade de informações oportunas e sensíveis ao género e respetiva defesa em matéria de alerta precoce e resposta	Desenvolver normas e orientações para a harmonização de políticas, estratégias e planos de ação das intervenções de género e de RRC dos Estados Membros	Recolha, análise e disseminação de dados desagregados por género
<b>Reforçar a governação dos riscos de catástrofes para gerir os riscos de catástrofes</b>	Formação sobre a relação entre o género e a RRC para as partes interessadas relevantes – pontos focais de RRC e de género, outros setores	Apoiar instituições regionais especializadas para serviços de RRC sensíveis ao género. Formação sensível ao género e previsão de fenómenos hidrometeoro-lógicos extremos e formação em RSE	Promover a integração do género na Comissão, nos parceiros regionais e na agenda e nos programas de RRC dos Estados Membros – estratégias de RRC revistas e sensíveis ao género alinhadas com o Quadro de Sendai	Apoiar a igualdade de participação e representação nos níveis de tomada de decisões da governação de catástrofes
<b>Investir na RRC para resiliência</b>	Apoiar o desenvolvimento de um mecanismo de financiamento da RRC e de género	Defender e apoiar o setor privado para que conduza intervenções de RRC sensíveis ao género	Apoiar o desenvolvimento de regulamentação em matéria de RRC sensível ao género para os Estados Membros	Promover a institucionalização do género nas intervenções de RRC – quem, o quê, porquê e como, no âmbito da CEDEAO e dos Estados Membros
<b>Melhorar a preparação para catástrofes para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução</b>	Fortalecer a colaboração com as OSC e as ONG para apoiar intervenções sensíveis ao género	Apoiar o desenvolvimento de pontos críticos de vulnerabilidade de género na região a fim de identificar ações específicas de preparação para catástrofes que sejam sensíveis ao género	Apoiar o desenvolvimento de uma plataforma de género e RRC	Apoiar a paridade de género nos níveis de tomada de decisões da governação de catástrofes na CEDEAO, nos Estados Membros e nos parceiros regionais. Representação na tomada de decisões e participação em atividades de RRC

### Como implementar um plano de ação sensível ao género

Um plano de ação é apenas um ponto de partida para a GRC sensível ao género; é na fase de implementação que o plano é posto à prova. Embora o contexto do país seja importante, **uma boa RRC deve sempre começar por um entendimento claro das necessidades da comunidade, trabalhando a partir desse conhecimento para desenvolver atividades eficazes e inclusivas.** São a seguir apresentados exemplos de melhores práticas de toda a região da CEDEAO, partilhados durante as consultas às partes interessadas, que ilustram de que modo diferentes

Estados Membros aplicaram uma abordagem na ótica do género para garantir que as atividades em cada pilar do Quadro de Sendai fossem sensíveis ao género.

Note-se que, em alguns casos, a implementação eficaz do plano de ação sensível ao género exige esforço adicional em algumas atividades: em termos de recursos, experiência do pessoal, recolha de dados, análise e desenvolvimento de procedimentos, protocolos, notas de orientação e manuais de formação. Conforme observado nas secções anteriores, este trabalho não é excessivamente oneroso, nem particularmente complexo do ponto de vista técnico, sobretudo perante a riqueza das abordagens globais, regionais e nacionais já em marcha. Exige uma colaboração ativa e uma parceria entre os pontos focais de RRC e de género na Comissão e ao nível dos Estados Membros, os quais, em conjunto, já possuem as competências e os conhecimentos dos conteúdos necessários à aplicação da estratégia. A primeira etapa, uma transformação de mentalidades com vista a uma RRC sensível ao género, é talvez a mais complexa.

### **RRC sensível ao género: políticas e legislação**

**O Governo da Costa do Marfim** tem vindo a tomar as medidas necessárias para harmonizar as suas políticas e estratégias com o Quadro de Ação de Sendai. Foram elaborados uma estratégia e um plano de ação, harmonizados com os quatro pilares do Quadro de Sendai – a Estratégia Nacional e Plano de Ação de Gestão do Risco de Catástrofes, em que o género e as pessoas vulneráveis estão representados. O país tem igualmente um plano de ação nacional para o reforço de capacidades de RRC (2016-2020). Está instalada no gabinete do primeiro-ministro a Plataforma Nacional para a Redução do Risco e Gestão de Catástrofes, incumbida de aplicar a Estratégia Nacional e Plano de Ação de Gestão do Risco de Catástrofes. Participam no trabalho da plataforma representantes de diversas esferas do Governo, do setor privado e da sociedade civil. A Costa do Marfim lançou um Observatório para a Equidade e o Género (ONEG) em 2014, o qual colabora estreitamente com a plataforma para assegurar que o género seja adequadamente considerado.

Em 2004, o **Governo do Níger** promulgou um Código Rural para regular o acesso e o uso dos solos e de outros recursos naturais. A posse da terra rege-se por uma diversidade de leis não sincronizadas que compreendem as leis consuetudinária, islâmica e civil. O Código Rural tem como objetivo permitir que as mulheres possuam e usem diretamente a terra conforme entenderem. No entanto, as tendências iniciais indicam que, o mais das vezes, são atribuídas às mulheres as terras menos produtivas e quase sempre abandonadas de que os homens não conseguem fazer uso.

**Em Cabo Verde**, a igualdade de género é considerada uma questão transversal e está integrada a nível do Governo nos ministérios e no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável. Foi indicado um apoio de alto nível com a criação de uma Comissão Interministerial para a Integração da Perspetiva de Género (presidida pelo Instituto Cabo-Verdiano para a Igualdade e Equidade do Género) por resolução do Conselho de Ministros de 2019, que monitoriza em que medida a integração ocorre nas políticas públicas. Esta complementa o Plano Nacional de Igualdade de Género, cuja última iteração abrange o período de 2019-21, o qual destaca o modo como essa integração deve ocorrer, bem como promover a recolha de dados desagregados por sexo e a análise da vulnerabilidade de género em matéria de RRC.

**A CEDEAO garantiu que a EGPA de RRC foi preparada aplicando uma abordagem colaborativa** com base na consulta inclusiva a um conjunto de partes interessadas regionais, nacionais e subnacionais do Governo, do setor privado, da sociedade civil e de organizações académicas. A estratégia abrangente e as ações associadas fundamentaram-se numa análise de género da Comissão da CEDEAO e dos Estados Membros com base em estudos documentais, reuniões presenciais e consultas remotas com a Comissão da CEDEAO e os Pontos Focais de RRC e de Género dos Estados Membros, bem como outras partes interessadas governamentais, do setor privado e não governamentais. No âmbito da evolução da EGPA, a CEDEAO gerou novas

colaborações ao reunir pela primeira vez os Pontos Focais de RRC e de Género dos Estados Membros. Esta polinização cruzada de ideias e experiências deu origem a uma base sólida para a colaboração interdisciplinar essencial e contínua. Por meio destas interações, os representantes dos Estados Membros perceberam que, embora o contexto do país seja importante, uma boa RRC deve começar com uma compreensão clara das necessidades da comunidade e trabalhar a partir desse conhecimento para desenvolver respostas eficazes e inclusivas.

### **RRC sensível ao género: programação inclusiva**

**O Projeto da Estrada Fufulso-Salwa e de Desenvolvimento Comunitário no Gana** incluiu a construção de uma estrada de 147,5 km entre Fufulso e Salwa, bem como uma importante infraestrutura socioeconómica, em que os beneficiários principais e diretos incluíram as comunidades na vizinhança imediata da estrada. A componente de obras acessórias inclui o abastecimento de água, a reabilitação de escolas e centros de saúde, a construção de mercados e parques de camiões e a beneficiação de pontos de atração turística. Foi adotada uma abordagem participativa à identificação, conceção e implementação do projeto, tendo sido realizadas consultas públicas a comunidades selecionadas, em que cerca de 40% dos participantes eram mulheres. O pequeno comércio e o setor agroalimentar constituem as principais fontes de rendimento para as mulheres ao longo do corredor rodoviário e, graças à estrada, foi aliviado o fardo suportado pelas mulheres obrigadas a transportar cargas pesadas para o mercado. A construção de poços e instalações de água e saneamento também libertou tempo para as raparigas e as mulheres que podem, assim, dedicar-se a atividades educacionais e produtivas. Foram disponibilizados equipamentos de transformação de produtos agrícolas a grupos de mulheres selecionados na área agroalimentar a fim de facilitar o trabalho pesado na produção de mandioca, nozes de carité, amendoim e manteiga de carité, bem como na transformação de semente de amendoim. A economia de tempo, o aumento da produção e a adição de valor aos produtos irão trazer benefícios socioeconómicos, incluindo as margens de lucro e o rendimento das mulheres.

**O BAfD, em parceria com a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), o Mecanismo de Preparação de Projetos de Infraestruturas (IPPF) e o Centro de Energias Renováveis e Eficiência Energética da CEDEAO (ECREEE), está a financiar um estudo de viabilidade de um projeto regional relativo a “Oportunidades Comerciais para as Mulheres da África Ocidental numa Cadeia de Valor Energético em Evolução”.** O projeto visa contribuir para o avanço da igualdade de género, capacitando as mulheres empresárias na região para que forneçam bens e serviços no contexto de uma transição regional para uma produção, distribuição e consumo de energia mais inteligentes. O projeto irá desenvolver a infraestrutura energética regional e aumentar as oportunidades de negócio para 16 empresas de mulheres em 4 países selecionados (Costa do Marfim, Nigéria, Senegal e Gana) na região da CEDEAO. Incluirá a identificação de oportunidades e desafios enfrentados por pequenas e médias empresas pertencentes a mulheres nos setores da energia para obter ligações domésticas e regionais, impulsionando assim o crescimento económico e a prosperidade na região. Abrangeu um total combinado de 1000 clubes de ouvintes com cerca de 24 500 membros e beneficiários diretos e 147.000 beneficiários indiretos. Encontra-se atualmente estabelecido no Burundi, na Mauritânia e no Senegal.

**O Instituto Internacional de Pesquisa de Culturas para os Trópicos Semi-Áridos (ICRISAT)** desenvolveu uma técnica inovadora de recuperação de terras agrícolas abandonadas e gravemente degradadas na África Ocidental a fim de restabelecer a sua utilização na produção agrícola lucrativa. Mais de metade dos solos do Sael estão gravemente degradados, perdendo continuamente nutrientes e matéria orgânica através da erosão do vento e da água, o que resulta em solos lateríticos incrustados de difícil aragem, que caracterizam muitas propriedades agrícolas abandonadas em países como o Níger. As secas são responsáveis pela perda das colheitas em dois de cada cinco anos. As condições climáticas extremamente adversas no Sael e a crescente pressão demográfica estão a afetar adversamente a produção agrícola na região. No Níger, a pressão demográfica tem levado progressivamente à elevada fragmentação das explorações

agrícolas, cuja propriedade e direitos agrícolas são geralmente conferidos aos homens. Por seu turno, este problema tem sistematicamente afastado as mulheres da agricultura, deixando-as sem meios para cuidar adequadamente das famílias ou para auferir rendimentos. O ICRISAT trabalhou com ONG locais para ajudar as mulheres a formar associações e a obter acesso aos terrenos incultos comunitários da povoação. O contributo deste trabalho foi significativo para a região semiárida sudano-saariana, em que as poucas terras aráveis estão sob extrema pressão para produzir mais alimentos para uma população crescente, num cenário de variações climáticas que ameaçam a frágil produção agrícola da região e a segurança alimentar. As terras degradadas recuperadas, que foram atribuídas a mulheres desfavorecidas, estão a restituir às mulheres marginalizadas do Níger os seus direitos socioeconómicos de ganhar a vida na agricultura. Ao trabalhar com mulheres no cultivo de hortaliças e árvores de fruto indígenas, o projeto não só restaurou a autoestima das mulheres, como também permitiu que cuidassem melhor dos filhos e das famílias e auferissem com isso um rendimento.

**O Projeto CORAF dos Fundos Fiduciários Multi-Doadores (MDTF) foi lançado com o fim de apoiar a investigação agrícola integrada para o desenvolvimento na África Ocidental e Central, tendo como objetivo contribuir para melhorias sustentáveis da produtividade, da competitividade e dos mercados dos sistemas agrícolas da África Ocidental e Central.** O projeto concluiu pelo aumento do número de mulheres que acederam, adotaram e utilizaram tecnologias inovadoras para melhorar a produtividade agrícola na África Ocidental durante o período de 2013-2016 do que o previsto. As mulheres quase duplicaram a sua participação em relação à meta definida. Mais especificamente, foram abrangidas cerca de 44.000 mulheres em comparação com uma base de referência de cerca de 22.000, o que representou um aumento de 200%. As plataformas de inovação foram centrais na crescente adoção e utilização de tecnologias e inovações por mulheres no projeto MDTF, tendo sido criadas através do Programa de Produtividade Agrícola na África Ocidental (WAAPP) no âmbito de um programa mais alargado para melhorar os sistemas alimentares na África Ocidental. As plataformas funcionaram como espaços de intercâmbio informal, aprendizagem, partilha e adoção de tecnologias, inovações e melhores práticas agrícolas entre os principais participantes na cadeia alimentar numa determinada comunidade. Financiado pelo Banco Mundial e outros doadores, o programa foi considerado uma importante história de sucesso na África Ocidental e os intervenientes pretendem ampliar este modelo tendo em vista a transformação agrícola na região.

**No Burkina Faso**, a *Union des Associations des Tisseuses du Kadiogo* (ATK) é a organização líder na indústria de tecelagem do país; a direção e 1000 dos seus membros são exclusivamente mulheres. Foi criada inicialmente como uma associação para capacitar as mulheres, mas a empresa é agora um grupo de interesse económico com sede em Ouagadougou. A ATK está bem posicionada em termos de qualidade dos produtos e de reputação nos mercados local e internacional, uma vez que está em atividade há mais de duas décadas. A ATK produz cerca de 800.000 metros (produção dos 700 membros ativos) de produtos tecidos por ano e as receitas anuais cifram-se em cerca de 325.000 dólares americanos. As práticas na cadeia de valor do algodão são prejudiciais ao meio ambiente devido à utilização de produtos químicos nocivos, como fertilizantes sintéticos e pesticidas. A ATK tem desenvolvido esforços para incorporar práticas ecológicas a fim de limitar a contaminação da água, do solo ou do ar e para disponibilizar equipamentos de proteção aos trabalhadores para evitar problemas de saúde causados por produtos químicos.

#### **RRC sensível ao género: análise de género e entendimento da perspetiva de género no risco**

**O Centro de Serviços Científicos da África Ocidental sobre Alterações Climáticas e Uso Adaptado do Solo (WASCAL) elaborou um estudo sobre “Respostas específicas do género à variabilidade climática num ecossistema semiárido no norte do Benim”.** Os padrões de precipitação extremamente erráticos no norte do Benim complicam a capacidade dos agricultores para se envolverem na agricultura de subsistência. A investigação explorou respostas específicas de género à variabilidade climática no contexto do Benim agrário. Foi conduzido um inquérito a agregados familiares (n = 260) com um exercício lúdico experimental entre um subconjunto de

inquiridos. Embora se tenha determinado que os homens e as mulheres da população da amostra tinham igualmente consciência da variabilidade climática e partilhavam estratégias de resposta semelhantes, as suas estratégias de utilização da terra, preferências e motivações específicas eram distintas. A longo prazo, estas diferenças resultariam provavelmente em estratégias de resposta e em vulnerabilidades diferentes aos efeitos das alterações climáticas. O exame das respostas às alterações climáticas específicas do género, em termos da utilização da terra, e a aprendizagem preventiva podem aumentar os esforços para melhorar a adaptabilidade e a resiliência entre os agricultores de subsistência rural.

**Na Nigéria, a Iniciativa de Desenvolvimento das Mulheres e dos Jovens (WOYODEV), em parceria com a Rede Global de Organizações da Sociedade Civil para a Redução de Catástrofes,** tem um projeto de recolha de dados que abrange seis estados nigerianos (idade e sexo desagregados) para entender melhor os desafios diferenciados por género com que a RRC se depara.

**RRC sensível ao género: reconstruir melhor e incentivar a participação das mulheres na tomada de decisões**

**Em toda a África Ocidental, o projeto Dimitra de clubes de ouvintes comunitários da FAO está a apoiar as populações rurais para que participem no seu próprio desenvolvimento e no das suas comunidades.** Os clubes permitem que os sócios – mulheres, homens e jovens – partilhem preocupações e realizem ações coletivas. Colaborando com estações de rádio rurais que alimentam e transmitem os seus debates, os clubes tornaram-se agentes de mudança na agricultura, mas também noutros aspetos da sociedade, abordando questões delicadas como o VIH/SIDA, o casamento precoce e os direitos das mulheres à herança de terras. A abordagem aumenta a autoconfiança dos membros, sobretudo das mulheres, e sensibiliza para as necessidades e prioridades das populações rurais. Os membros têm desempenhado funções cruciais na ajuda à resolução pacífica de conflitos comunitários e na atribuição de um papel mais importante na tomada de decisões às mulheres rurais. Os debates são sempre orientados para a ação e os clubes desenvolvem as competências dos membros em domínios como as práticas agrícolas e pecuárias, a redução da escassez alimentar e a melhoria da resiliência, da higiene e saneamento, da saúde e nutrição e da segurança alimentar. Em resultado desta troca de ideias e informações, o clube de ouvintes de Tera, no Níger, revelou-se determinante no alerta das autoridades locais para uma praga de gafanhotos na região em setembro de 2011. Através da simples prevenção da dispersão do gado, os membros do clube de Kiota reduziram os resíduos animais em locais públicos e estão a incentivar as aldeias vizinhas para que façam o mesmo.

## 5. PLANO DE AÇÃO SENSÍVEL ÀS QUESTÕES DE GÉNERO DA CEDEAO PARA 2020-2030

**Quadro 3: Plano de Ação Sensível às Questões de Género da CEDEAO para 2020-2030**

Sendai 1: Compreender os riscos de catástrofe					
Prioridade da ação	Atividades	Resultados esperados	Indicadores	Orçamento em US\$	Calendário
Promover a compreensão do alerta precoce sensível às questões de género, integrando os conhecimentos indígenas e as práticas tradicionais: conhecimento do risco, monitorização técnica, serviço de alerta precoce, divulgação e preparação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO colabora com os países membros e os centros regionais para o desenvolvimento e a partilha de ferramentas normalizadas sensíveis às questões de género</li> <li>- A CEDEAO, em parceria com os países membros, irá levar a cabo campanhas de consciencialização precoce para o conceito de alerta precoce sensível às questões de género</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação, reforço e fornecimento aos países membros de ferramentas sensíveis às questões de género, como monitorização e avaliações de perigo e de risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conceção e lançamento da campanha da CEDEAO sobre “compreender o risco sensível às questões de género”</li> <li>- Intercâmbio de conhecimentos regionais sobre “compreender o risco sensível às questões de género” realizado de 2 em 2 anos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>100.000</li> <li>100.000</li> <li>600.000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização anual</li> <li>• De 2 em 2 anos</li> </ul>
Desenvolver, utilizar e atualizar indicadores sensíveis às questões de género para o risco de catástrofes e a vulnerabilidade a todos os níveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO fornece diretrizes sobre a utilização de indicadores sensíveis às questões de género normalizados</li> <li>- A CEDEAO fornece diretrizes sobre os relatórios exigidos aos países membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conjuntos normalizados de indicadores de perigo e vulnerabilidade sensíveis às questões de género formulados, debatidos e analisados pelos países membros e partes interessadas regionais; posteriormente publicados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicação da nota de orientação sobre a normalização de indicadores sensíveis às questões de género</li> <li>- Publicação do modelo oficial de relatório dos indicadores</li> <li>- Formação sobre relatórios dos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>150.000</li> <li>100.000</li> <li>50.000</li> <li>200.000</li> <li>50.000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atualização anual</li> <li>De 2 em 2 anos</li> </ul>

(regional nacional) e			indicadores ministrada aos países membros - Ferramenta de elaboração de relatórios online e offline permanentemente disponível		
Promover o reforço da capacidade de monitorização de perigos dos serviços e instituições regionais de gestão de catástrofes sensível às questões de género	- A CEDEAO reúne os centros regionais (centro de recursos hídricos da CEDEAO, ACMAD-Centro Africano de Aplicações Meteorológicas para o Desenvolvimento, CILSS-Comité Permanente Inter-Estados de Luta contra a Seca no Sael) para uma colaboração mais estreita em matéria de monitorização de perigos sensível às questões de género e de comunicação de informações sobre perigos e alerta precoce aos países membros e partes interessadas regionais	- Agrupamento do centro de recursos hídricos da CEDEAO, ACMAD, CILSS e outros centros regionais estabelecidos e a colaborar estreitamente em matéria de monitorização de perigos sensível às questões de género e de comunicação de informações sobre perigos e alerta precoce aos países membros e partes interessadas regionais	- O Agrupamento atualiza os protocolos de recolha de dados no sentido de os tornar sensíveis às questões de género - O Agrupamento fornece aos clientes produtos sensíveis às questões de género em matéria de informações sobre monitorização de perigos e alerta precoce - Boletim regional sobre monitorização de perigos publicado regularmente - Reuniões semestrais do agrupamento sobre monitorização de perigos	50.000 200.000 400.000	Em curso
Desenvolver e reforçar canais de informação de catástrofes sensíveis às questões de género: criar e acompanhar um	- A CEDEAO reúne os países membros e as partes interessadas relevantes para o desenvolvimento de canais de informação de catástrofes normalizados sensíveis às questões de género	- Estabelecimento de protocolos de partilha de dados e criação de ferramentas online para partilha de dados	- Estabelecimento de protocolos para a recolha de dados sensível às questões de género nas áreas de: gestão de riscos de perigo, comunicação de alerta precoce e	500.000	Em curso

serviço regional de informação de catástrofes			aplicações SIG de cartografia de riscos nos países membros		
Apoiar programas para monitorizar e analisar os progressos nacionais alcançados na gestão de risco de catástrofes sensível às questões de género: realizar e publicar avaliações de base regionais e nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO fornece aos países membros diretrizes sobre os processos de monitorização e análise da gestão de risco de catástrofes nacional sensível às questões de género</li> <li>- A CEDEAO deve orientar os países membros no que se refere à elaboração e partilha normalizadas de avaliações de base regionais e nacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base de dados sobre gestão de risco de catástrofes com indicadores principais e de género (QSRRC) desenvolvida, com monitorização regular assegurada pelos países membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Base de dados com indicadores principais sensíveis às questões de género desenvolvida e acessível no site da CEDEAO</li> <li>- Relatórios de monitorização apresentados anualmente</li> </ul>	50.000 200.000	Anualmente
Promover a sensibilidade às questões de género dos fóruns sobre RRC (incluindo o fórum sobre as perspectivas climáticas sazonais) enquanto mecanismo regional de consciencialização e preparação para situações de catástrofe	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO (co)organiza fóruns regionais sobre RRC (incluindo o fórum sobre as perspectivas climáticas) na África Ocidental e promove a RRC sensível às questões de género regularmente enquanto mecanismo de preparação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A igualdade de género (na Comissão, país membro e a outros níveis) em todos os fóruns sobre RRC (incluindo o fórum sobre as perspectivas climáticas sazonais) é alcançada</li> <li>- Estabelecimento de um mecanismo regional de consciencialização e preparação para situações de catástrofe sensível às questões de género</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fórum sobre a RRC/Perspetivas climáticas organizado anualmente</li> <li>- Divulgação de informações climáticas sensíveis às questões de género</li> <li>- Sessão regional de preparação para as catástrofes realizada anualmente</li> <li>- O total de convidados inclui pelo menos 50% de mulheres</li> </ul>	800.000 100.000 400.000	Anualmente

<p>Apoiar a consciencialização pública e a sensibilização para a redução de catástrofes sensível às questões de género</p>	<p>- A CEDEAO promove campanhas de consciencialização pública e sensibilização para a RRC sensível às questões de género aos níveis regional e nacional</p> <p>- Realização de campanhas de informação (regionais) sensíveis às questões de género em matéria de risco de catástrofes e de alterações climáticas, aos níveis regional e nacional</p>	<p>- Aumento das campanhas de consciencialização pública e sensibilização para a RRC sensível às questões de género aos níveis regional e nacional</p>	<p>- Número de campanhas de informação anuais (regionais) realizadas sobre o risco de catástrofes e as alterações climáticas, sensíveis às questões de género</p>	<p>1 milhão</p>	<p>Anualmente</p>
<p>Desenvolver Programas de educação, formação, investigação e tecnologia sensíveis às questões de género no âmbito das catástrofes</p>	<p>- A CEDEAO fornece diretrizes sobre programas normalizados de educação, formação, investigação e tecnologia sensíveis às questões de género no âmbito das catástrofes para os países-membros</p>	<p>Desenvolvimento de programas de educação, formação, investigação e tecnologia sensíveis às questões de género no âmbito das catástrofes</p>	<p>- Número de workshops, ações de formação e programas de investigação organizados</p>	<p>500.000</p>	<p>Anualmente</p>
<p><b>Sendai 2: Reforçar a governação dos riscos de catástrofes para gerir os riscos de catástrofes</b></p>					
<p><b>Prioridade da ação</b></p>	<p><b>Atividades</b></p>	<p><b>Resultados esperados</b></p>	<p><b>Indicadores</b></p>	<p><b>Orçamento em US\$</b></p>	<p><b>Calendário</b></p>
<p>Promover e integrar a RRC sensível às questões de género nas agendas da CEDEAO e do desenvolvimento nacionais</p>	<p>- Princípios da RRC sensíveis às questões de género integrados nos programas e políticas agrícolas, económicos, sociais e ambientais da CEDEAO e das agendas do desenvolvimento nacionais</p>	<p>- As agendas da CEDEAO e do desenvolvimento nacionais incluem a RRC sensível às questões de género</p> <p>- Os programas e políticas agrícolas, económicos, sociais e ambientais da CEDEAO e as agendas do</p>	<p>- Revisão da Estratégia de RRC da CEDEAO sensível às questões de género + Plano de Ação em linha com as prioridades do QSRRRC e Estratégia de Género da UA</p>	<p>200.000</p> <p>200.000</p> <p>300.000</p>	<p>2021</p> <p>- 2026 (com atualizações anuais)</p>

<p>(incluindo os programas e políticas agrícolas, económicos, sociais e ambientais): definir o Plano de Ação</p>	<p>- A CEDEAO analisa e atualiza o Plano de Ação regional de RRC sensível às questões de género  - A Política de Agricultura da CEDEAO e estratégias relacionadas levam em conta o risco sensível às questões de género</p>	<p>desenvolvimento nacionais estão de acordo com o Plano de Ação</p>	<p>- Número de políticas da CEDEAO e agendas do desenvolvimento nacionais com um “capítulo sobre a RRC sensível às questões de género”  - Número de políticas da CEDEAO e agendas do desenvolvimento nacionais com indicadores sensíveis às questões de género  - Publicação da Nota de orientação sobre a integração da política de RRC sensível às questões de género</p>		
<p>Promover a criação, reforço e desenvolvimento de contactos regionais das plataformas nacionais para uma política de RRC, legislação, mecanismos financeiros e participação comunitária e voluntária sensíveis às questões de género</p>	<p>- A CEDEAO mantém a Plataforma de RRC regional sensível às questões de género  - A CEDEAO fornece diretrizes específicas sobre a nova abordagem sensível às questões de género nas plataformas de RRC regionais e nacionais  - A CEDEAO fornece assistência técnica aos países membros no estabelecimento e manutenção das Plataformas nacionais de RRC sensíveis às questões de género  - A CEDEAO fornece diretrizes aos países membros sobre o quadro político da RRC</p>	<p>- Criação, reforço e desenvolvimento de contactos regionais das plataformas nacionais para uma política de RRC, legislação, mecanismos financeiros e participação comunitária e voluntária sensíveis às questões de género estabelecidos pelos países membros e centros regionais da CEDEAO</p>	<p>- Plataforma de RRC regional da CEDEAO sensível às questões de género reunida anualmente – Pontos focais de RRC e de Género convidados  - Dados recolhidos sobre o género dos participantes e medidas tomadas para alcançar uma participação 50/50, em linha com a Estratégia de Género da UA  - Dados recolhidos sobre o número de grupos de mulheres que participam na plataforma</p>	<p>400.000  50.000  100.000  50.000  400.000</p>	<p>Anualmente</p>

	<p>sensível às questões de género</p> <p>- Todos os países membros estão envolvidos em debates para o avanço da agenda da RRC sensível à questões de género na região</p>		<p>de RRC regional e medidas tomadas para promover a participação</p>		
<p>Desenvolver e reforçar instituições regionais especializadas em serviços de RRC sensíveis às questões de género</p>	<p>- Os centros regionais da CEDEAO, o ACMAD e o AGRHYMET (Centro Regional de Formação e Aplicação em Agrometeorologia e Hidrologia Operacional) são apoiados de forma sustentável para prestar formação e previsão de eventos hidrometeorológicos extremos e respetivo efeito nos homens e nas mulheres</p>	<p>- Intensificação da colaboração da CEDEAO com instituições regionais especializadas na prestação de serviços de RRC sensíveis às questões de género</p>	<p>- N.º de ações de formação regularmente organizadas pelo ACMAD e pelo AGRHYMET</p> <p>- N.º de produtos de previsão desenvolvidos e divulgados pelos centros regionais da CEDEAO, o ACMAD e o AGRHYMET</p> <p>- Produtos de previsão adaptados quando viável para desagregar os impactos a nível de género</p>	<p>400.000</p> <p>400.000</p>	<p>Em curso</p>
<p>Desenvolver a capacidade de RRC sensível às questões de género dos países membros e</p>	<p>- Comissão da CEDEAO empenhada em aumentar o destacamento de pessoal sustentável e sensível às questões de género para a RRC na unidade de RRC:</p>	<p>- Equipa de especialistas nas questões de género recrutados na Unidade de RRC</p> <p>- Aumento no número de intervenções de RRC</p>	<p>- Número adequado de mulheres recrutadas e destacadas para a Unidade de RRC da CEDEAO na qualidade</p>	<p>800.000</p> <p>300.000</p>	<p>2021 - Em curso</p>

parceiros da CEDEAO	incluir uma equipa de especialistas nas questões de género	sensíveis às questões de género aos níveis regional e nacional	de funcionárias regulares - A CEDEAO possui especialistas nas questões de género na RRC disponíveis para apoiar a comissão e os países membros		
Fazer avançar os progressos para alcançar a igualdade de género na participação em todos os fóruns, estruturas e plataformas regionais relacionados com a RRC	- A CEDEAO incentiva de forma pró-ativa o aumento da participação das mulheres nas reuniões	- Igualdade de género alcançada em todos os fóruns, estruturas e plataformas regionais relacionados com a RRC	- Dados recolhidos sobre o género dos participantes e medidas tomadas para alcançar uma participação 50/50, em linha com a Estratégia de Género da UA - Dados recolhidos sobre o número de grupos de mulheres que participam na plataforma de RRC regional e medidas tomadas para promover a participação	Não há orçamento adicional (ver "Promover a criação, reforço e desenvolvimento de contactos regionais das plataformas nacionais para uma política de RRC, legislação, mecanismos financeiros e participação comunitária e voluntária sensíveis às questões de género")	Anualmente
<b>Sendai 3: Investir na RRC para resiliência</b>					
<b>Prioridade da ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Orçamento em US\$</b>	<b>Calendário</b>
Apoiar a integração de estratégias de	- A CEDEAO deve elaborar estratégias de RRC sensíveis às questões de género e	- Estabelecimento de um programa regional relacionado com a	- Atualização e adoção da Política para as Alterações Climáticas da	100.000 100.000	2021 - Atualização anual

RRC sensíveis às questões de género na adaptação às alterações climáticas sensível às questões de género, em especial a gestão de secas e cheias e o controlo da desertificação	integrá-las na adaptação às alterações climáticas sensível às questões de género (incluindo gestão de secas e cheias e controlo da desertificação) - A Política para as Alterações Climáticas da CEDEAO é revista no sentido de se tornar sensível às questões de género e alinhada com a Política de RRC sensível às questões de género	adaptação às alterações climáticas sensível às questões de género para a agricultura e produção agrícola	CEDEAO sensível às questões de género - Publicação e divulgação da Nota de orientação		
Apoiar a integração da RRC sensível às questões de género nas intervenções de desenvolvimento no setor da saúde	- A CEDEAO elabora um quadro conjunto para monitorizar e apresentar relatórios sobre epidemias de saúde e catástrofes sensíveis às questões de género - A CEDEAO reúne especialistas de saúde e nas questões de género nacionais e regionais para a colaboração regional entre a CEDEAO e os países membros	- Formulação do quadro conjunto para monitorizar e apresentar relatórios sobre epidemias de saúde e catástrofes sensíveis às questões de género - O agrupamento conjunto de especialistas de saúde e na RRC sensível às questões de género reúnem-se regularmente para reforçar a colaboração regional entre a CEDEAO e os países membros	- Publicação do relatório anual sobre epidemias e catástrofes com dados desagregados por género - A reunião do agrupamento de especialistas tem lugar pelo menos uma vez por ano (com monitorização do equilíbrio de género) - Publicação do relatório anual sobre epidemias e catástrofes	400.000	2021 Atualização anual
Promover estratégias de redução do risco no setor privado nos setores formal e informal	- A CEDEAO elabora notas de orientação normalizadas sobre estratégias de redução do risco no setor privado para a RRC sensíveis às questões de género nos setores formal e informal	- Divulgação de notas de orientação sobre a redução do risco no setor privado e a integração da RRC sensível às questões de género nas operações do setor privado	- Publicação e divulgação da Nota de orientação	100.000	2021 Atualização anual
Apoiar os países membros na	- A CEDEAO elabora notas de orientação sobre a criação de	- Os países membros são apoiados na criação de	- Número de workshops de formação sobre a	400.000	Anual

criação de infraestruturas resilientes e sensíveis às questões de género em todos os setores	infraestruturas resilientes e sensíveis às questões de género	infraestruturas resilientes e sensíveis às questões de género	criação de infraestruturas resilientes e sensíveis às questões de género		
Assegurar que todos os financiamentos da RRC sejam sensíveis às questões de género	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO sensibiliza os países membros para o apoio legislativo e orçamental a intervenções de RRC sensíveis às questões de género a todos os níveis</li> <li>- A CEDEAO elabora e divulga materiais de sensibilização e notas de orientação fundamentando o apoio legislativo e orçamental a intervenções de RRC sensíveis às questões de género</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento do apoio legislativo e orçamental a intervenções de RRC sensíveis às questões de género a todos os níveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orçamento: pelo menos 5% do orçamento operacional da CEDEAO atribuído à RRC sensível às questões de género</li> <li>- Fornecimento da nota de orientação e do mecanismo de monitorização relativos às dotações orçamentais nacionais para a RRC sensível às questões de género</li> </ul>	50.000	
- Criação de um fundo para apoiar a RRC sensível às questões de género	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO mobiliza recursos para um fundo de contingência (Fundo de Gestão de Emergências) estabelecido ao nível regional</li> <li>- A CEDEAO oferece apoio à formulação, análise e estabelecimento de um mecanismo regional de seguro e transferência do risco</li> <li>- A CEDEAO fornece diretrizes para a criação de um Fundo de Gestão de Emergências sensível às questões de género</li> </ul>	- É criado um Fundo de RRC regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Número de países membros beneficiários do fundo</li> <li>- Formulação de trabalho de análise para apoiar a criação de um fundo de contingência regional sensível às questões de género</li> <li>- Fundo de contingência regional criado, com diretrizes claras para o reaprovisionamento, monitorização e prestação de contas</li> </ul>	<p>A determinar</p> <p>350.000</p> <p>400.000</p> <p>400.000</p>	<p>2021</p> <p>Em curso</p>

	- A CEDEAO fornece diretrizes para a criação de um (micro)mecanismo de seguro de recuperação ao nível nacional que leva em consideração as necessidades específicas de homens e mulheres, incluindo perfis de risco		sensíveis às questões de género - Formulação e revisão do trabalho de análise para apoiar a criação de um mecanismo de transferência do risco sensível às questões de género		
<b>Sendai 4: Melhorar a preparação para catástrofes para uma resposta eficaz e uma “Melhor reconstrução” na recuperação, reabilitação e reconstrução</b>					
<b>Prioridade da ação</b>	<b>Atividades</b>	<b>Resultados esperados</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Orçamento em US\$</b>	<b>Calendário</b>
Promover a compreensão e prática da identificação e avaliação do risco sensíveis às questões de género: desenvolvimento e utilização de diretrizes, procedimentos normalizados, manuais operacionais, outros manuais, mapas, módulos de formação	- A CEDEAO elabora e promove diretrizes sobre avaliações de perigo, vulnerabilidade e risco sensíveis às questões de género, inclusão explícita da análise da forma como estes aspetos afetam os homens e as mulheres de modo diferente e respostas diferenciadas	- Compreensão e capacidade acrescidas nos países membros para desenvolver sistemas de comunicação de alerta precoce eficazes e sensíveis às questões de género e cartografia de riscos por intermédio de SIG para a RRC/planeamento da RRC: - Mapas do Risco de Avaliação do Perigo publicados aos níveis regional, nacional e local diferenciando os impactos sobre os homens e as mulheres	- Diretrizes sensíveis às questões de género relacionadas com a identificação do risco e os perigos regularmente atualizadas e publicadas - Módulos de formação sensíveis às questões de género regularmente atualizados, acessíveis online e promovidos junto dos países membros - Protocolos existentes entre a CEDEAO e os países membros e entre estes para a partilha de informações sobre perigos, gestão de riscos, comunicação de alerta precoce e cartografia de riscos	350.000  450.000	• Atualização anual

			- A base de dados de perigos está operacional		
Promover o reforço da capacidade de monitorização de perigos sensível às questões de género por parte das instituições através do estabelecimento de uma base tecnológica sólida (equipamentos e sistemas) para vigilância e monitorização de riscos	- A CEDEAO apoia a investigação e a sensibilização para abordar a sensibilidade às questões de género constantes na base de dados e nas informações sobre RRC e AAC disponíveis	- O Centro de Observação e Monitorização da CEDEAO (sistema de vigilância) está ativo, recolhe informações globais, regionais e ao nível do país membro desagregadas por género e comunica-as aos países membros e à CEDEAO permanentemente - Compreensão acrescida da RRC sensível às questões de género através da investigação e sensibilização	- O sistema de vigilância e alerta precoce sensível às questões de género está ativo e abrange as seguintes áreas: - Previsão regional de cheias - Previsão de condições climáticas extremas - Observação de incêndios - Monitorização de riscos costeiros - Monitorização de secas - Publicações sobre as dimensões de género durante as catástrofes disponíveis no site da CEDEAO - Fortes campanhas promocionais da CEDEAO para envolver os grupos de mulheres na resposta às catástrofes, bem como na preparação (ou seja, líderes de grupos de mulheres fornecem informações às mulheres sobre abrigos, disponibilidade de alimentos)	4 milhões  100.000 50.000 200.000	Em curso

Desenvolver, prestar formação sobre a utilização dos dados e assegurar que estes são recolhidos para indicadores de gestão de catástrofes e humanitários sensíveis às questões de género a todos os níveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO elabora diretrizes normalizadas sobre a recolha de indicadores de gestão de catástrofes e humanitários sensíveis às questões de género a todos os níveis</li> <li>- A CEDEAO apoia workshops de formação para as instituições da CEDEAO e os países membros sobre recolha de indicadores de gestão de catástrofes e humanitários sensíveis às questões de género a todos os níveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As instituições da CEDEAO e os países membros têm conhecimento de dados para indicadores sensíveis às questões de género e recolhem-nos regularmente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicadores de gestão de catástrofes e humanitários sensíveis às questões de género selecionados</li> <li>- Indicadores sensíveis às questões de género regularmente atualizados ao nível regional e nacional</li> <li>- Publicações sobre as dimensões de género durante as catástrofes disponíveis no site da CEDEAO</li> </ul>	20.000 10.000 10.000	2020 - Em curso
Apoiar o reforço das capacidades nacionais de resposta a catástrofes e a reorientação para uma concentração na RRC sensível às questões de género	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formulação do processo e quadro da RRC sensível às questões de género centrados numa melhor reconstrução</li> <li>- Promoção da consciencialização, orientação e reforço de capacidades para uma melhor reconstrução após as catástrofes através da integração da RRC sensível às questões de género nos processos de recuperação de catástrofes entre os países membros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço das capacidades de resposta rápida Regionais e Nacionais em matéria de sensibilidade às questões de género, competências e logística</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Produção de relatórios e atualizações de capacidades técnicas e sensíveis às questões de género melhoradas</li> <li>- A iniciativa “Melhor reconstrução” está incluída nos quadros nacionais de RRC sensíveis às questões de género</li> <li>- A campanha de consciencialização para uma melhor reconstrução e uma RRC sensível às questões de género foi formulada e é promovida nos países membros</li> </ul>	50.000 150.000 300.000	2021 - Em curso
Desenvolver programas de	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A CEDEAO organiza um workshop com gestores de catástrofes, especialistas nas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação do agrupamento de especialistas e do grupo de coordenação de</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O grupo de coordenação de especialistas e doadores</li> </ul>	50.000	Anualmente

partilha de informações sensíveis às questões de género e esforços de cooperação entre gestores de catástrofes, especialistas nas questões de género e a comunidade do desenvolvimento	questões de género e a comunidade do desenvolvimento	resposta e recuperação sensíveis às questões de género	da RRC sensível às questões de género reúne-se pelo menos uma vez por ano		
Reforçar o planeamento de contingência regional e nacional através da elaboração do Plano de Gestão de Emergências sensível às questões de género que associa o mecanismo de catástrofe a programas relevantes (Centro de Observação e Monitorização e PADEP-Programa de Paz e Desenvolvimento)	- Elaboração, análise e adoção de um Plano Regional de Gestão de Emergências Sensível às Questões de Género	- Integração do planeamento de contingência regional e nacional sensível às questões de género - Adoção e atualização do Plano Regional de Gestão de Emergências Sensível às Questões de Género associando o mecanismo de catástrofe a programas relevantes (Centro de Observação e Monitorização e PADEP-Programa de Paz e Desenvolvimento)	- Adoção do Plano de Gestão de Emergências regional sensível às questões de género, em que todas as atividades levam em conta as questões de género - Exercícios de simulação realizados anualmente	100.000 50.000 300.000 200.000	2021 - Atualizado de 5 em 5 anos
Facilitar a recuperação e a	- Elaboração e divulgação de uma Avaliação das	- Formulação e promoção do manual da Avaliação	- Formulação da Avaliação das	50.000	2021 -

reconstrução sustentável e sensíveis às questões de género através de uma abordagem de redução do risco e de melhor reconstrução	Necessidades Pós-Catástrofe e de um Quadro de Recuperação específicos da CEDEAO	das Necessidades Pós-Catástrofe e do Quadro de Recuperação específicos da CEDEAO, 100% sensíveis às questões de género - Produção da Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe específica sensível às questões de género (conforme necessário)	Necessidades Pós-Catástrofe (homens e mulheres) e do Quadro de Recuperação da CEDEAO - Número de especialistas que receberam formação sobre a Avaliação das Necessidades Pós-Catástrofe e o Quadro de Recuperação específicos da CEDEAO (monitorização do género dos participantes e promoção do rácio 50/50)	300.000	Atualizado de 2 em 2 anos
Desenvolver a capacidade regional de resposta a catástrofes sensível às questões de género, incluindo a Equipa de Resposta a Emergências da CEDEAO, enquanto parte do mecanismo de gestão de catástrofes	- Organizar um workshop de RRC regional sensível às questões de género com especialistas das diferentes disciplinas da RRC - Elaborar notas de orientação sobre a RRC sensíveis às questões de género (em linha com as diferentes disciplinas) para a região da CEDEAO	- Criação de uma lista de especialistas das diferentes disciplinas da RRC sensível às questões de género para a região da CEDEAO - Criação do agrupamento regional de especialistas em resposta a emergências e recuperação para a Equipa de Resposta a Emergências da CEDEAO	- Número de especialistas em cada disciplina aplicável à RRC sensível às questões de género - Base de dados de especialistas de ambos os géneros disponível e fornecida pela CEDEAO e pelos países membros para assegurar a resposta a emergências/catástrofes permanentemente	100.000 100.000	2021 - Atualizado de 2 em 2 anos
Coordenar e apoiar a análise e simulacros dos	- Elaborar notas de orientação sobre os planos regionais de preparação e contingência	- Planos de preparação e contingência dos países membros reforçados através de atividades que	- Aumento do número de países com planos de preparação e contingência sensíveis	300.000 100.000	2021 -

<p>planos regionais de preparação e contingência sensíveis às questões de género para os grandes riscos</p>	<p>sensíveis às questões de género para os grandes riscos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunir os países membros num workshop sobre planos regionais de preparação e contingência sensíveis às questões de género para os grandes riscos</li> <li>- Partilhar melhores práticas sobre planos regionais de preparação e contingência sensíveis às questões de género para os grandes riscos</li> </ul>	<p>integram as questões de género</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conjugação dos respetivos simulacros de múltiplos riscos</li> </ul>	<p>às questões de género para a RRC</p>		<p>Atualizado de 2 em 2 anos</p>
---	--	--	---	--	----------------------------------

# **ANEXOS EGPA CEDEAO RRC**

## ANEXO A: PERFIL DE RISCO REGIONAL SENSÍVEL AO GÉNERO

A incidência de eventos climáticos extremos e de catástrofes na África Ocidental aumentou significativamente durante as duas últimas décadas<sup>22</sup>. Esta tendência irá continuar visto que se espera que as alterações climáticas se agravem, existindo exposição a choques súbitos e a tensões lentas no local que já estão a ser enfrentadas em toda a região – secas severas, em especial no Sael, inundações nos estados que circundam o Golfo da Guiné, além de um aumento do nível do mar e da erosão costeira nas zonas costeiras baixas. Os reduzidos e erráticos padrões de pluviosidade durante as últimas três ou quatro décadas contribuíram para o aumento da desertificação, insegurança alimentar e degradação dos recursos naturais<sup>23</sup>. Estes riscos surgem agravados por tensões ambientais como a desflorestação, degradação das florestas, degradação das zonas húmidas costeiras e outros riscos como a erosão costeira, aumento do nível do mar, espécies exóticas invasoras e os incêndios florestais.

A região da CEDEAO é uma das regiões mais pobres e ambientalmente mais degradadas do mundo, e é considerada uma das regiões do mundo mais vulneráveis às alterações climáticas, com a previsão de aumentos de temperatura 1,5 vezes superiores aos do resto do mundo<sup>24</sup>. Além disso, a região é considerada altamente vulnerável às crises humanitárias e às catástrofes que podem ultrapassar a capacidade nacional de resposta de acordo com o Índice de Risco Global INFORM, que compreende três dimensões – riscos e exposição, vulnerabilidade e falta de capacidade de reação<sup>25</sup>. A vulnerabilidade climática é agravada pela elevada dependência da região da agricultura de sequeiro e dos seus recursos naturais para apoiar a segurança alimentar e os modos de vida, pelo rápido crescimento populacional e pelas crises humanitárias crónicas devidas à seca recorrente, inundações, insegurança alimentar, epidemias e conflitos violentos. A crescente variabilidade climática, incluindo aumento das temperaturas e chuvas mais concentradas e erráticas, irá exacerbar as vulnerabilidades existentes, resultantes de elevados níveis de pobreza e, de modo geral, fracas capacidades de planeamento, reação e resposta às alterações climáticas e aos eventos climáticos extremos.

### Quadro 4: Índice de Risco e Indicadores de Desenvolvimento Humano dos Estados Membros da CEDEAO

INFORM. (2019). Relatório INFORM 2019: Shared Evidence for Managing Crises and Disasters. [Partilha de Dados para Gestão de Crises e Catástrofes]

País	Índice de Risco Global 2019	Categoria de risco	IDH/ 2017 189	Índice IDG 2017	Classificação 2017 RNB/160
BENIM	4,4	Médio	163	0,875	146
BURKINA FASO	5,2	Elevado	183	0,870	145
CABO VERDE	2,6	Baixo	125	0,949	...
COSTA DO MARFIM	6,0	Elevado	170	0,841	155
GÂMBIA	4,1	Médio	174	0,890	149
GANÁ	3,8	Médio	140	0,910	131
GUINÉ	4,6	Médio	175	0,810	...
GUINÉ-BISSAU	5,1	Elevado	177	....	...

<sup>22</sup> Scheuren, J-M.; le Polain de Waroux, O.; Below, R.; Guha-Sapir, D.; Ponserre, S. (2007) “Annual Disaster Statistical Review: The Numbers and Trends”. Centre for Research on the Epidemiology of Disasters [Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Catástrofes] (CPEC).

<sup>23</sup> Ibrahim, B., J. Polcher, H. Karambiri, e B. Rockel. (2012). “Characterization of the Rainy Season in Burkina Faso and its Representation by Regional Climate Models.” *Climate Dynamics* 39 (6): 1287–1302.

<sup>24</sup> USAID (2017). *Climate Change Risk in West Africa Sahel: Regional Fact Sheet*. abril 2017. Climate Change Adaptation, Thought Leadership and Assessments (ATLAS).

<sup>25</sup> INFORM. (2019). Relatório INFORM 2019: Shared Evidence for Managing Crises and Disasters.

LIBÉRIA	5,3	Elevado	181	0,846	154
MALI	6,4	Elevado	182	0,811	157
NÍGER	6,7	Muito elevado	189	0,812	151
NIGÉRIA	6,9	Muito elevado	157	0,868	....
SENEGAL	5,0	Elevado	164	0,911	124
SERRA LEOA	5,3	Elevado	184	0,872	150
TOGO	4,6	Médio	165	0,822	140

Apesar de um forte crescimento económico regional nos últimos anos, os ganhos económicos não se traduziram em desenvolvimento económico e social generalizado. A região ainda se encontra entre as regiões mais pobres da África subsariana, com aproximadamente 43 por cento da população a viver abaixo do limiar internacional de pobreza de 1,90 dólares americanos por dia<sup>26</sup>. As trágicas consequências destas elevadas taxas de pobreza em termos de desenvolvimento humano também são óbvias a partir dos dados disponíveis, sendo as mulheres especialmente afetadas. De acordo com uma compilação comparativa por região do Índice de Desigualdade de Género do PNUD, a África Ocidental classifica-se como a primeira das regiões de África com mais desigualdades entre os géneros, seguida pela África Central<sup>27</sup>. Os permanentes desafios que as mulheres da região enfrentam incluem a iliteracia, barreiras originadas pelos costumes e tradições, falta de sensibilidade às questões de género nas políticas macroeconómicas e nos orçamentos, e acesso limitado à governação e aos direitos de propriedade da terra para as mulheres rurais, assim como aos recursos produtivos<sup>28</sup>.

Nos próximos anos, é provável que a vulnerabilidade aos riscos naturais na região da CEDEAO se agrave devido a vários fatores, como os elevados níveis de pobreza, rápido crescimento da população e crises humanitárias crónicas devido às secas, inundações, insegurança alimentar, epidemias e conflitos violentos recorrentes. Os impactos terão implicações profundas no declínio da disponibilidade de água e no aumento da insegurança alimentar, com potencial para agravar a discórdia social e os conflitos contínuos na região. Os maiores impactos serão sentidos pelos pobres rurais, cuja maioria é constituída por mulheres e raparigas; a grande maioria delas sem terra, marginalmente empregadas, e desproporcionalmente dependentes dos modos de vida de pequena escala assentes nos recursos naturais que estão dependentes de condições climáticas favoráveis<sup>29</sup>.

A maioria das secas na região da CEDEAO ocorrem no Sael – devido às suas condições semiáridas e semi-húmidas. O Sael tem uma época de cultivo muito curta, limitada a três ou quatro meses de variável pluviosidade de verão (junho–setembro), e é altamente vulnerável aos choques climáticos devido à limitada produção agrícola<sup>30</sup>. A forte dependência da agricultura de sequeiro e do pastoreio agravam ainda mais as incidências e os impactos sobre a disponibilidade de água e a segurança alimentar. A região ainda está a recuperar da crise alimentar originada pelas secas severas ocorridas em 2005, 2008, 2010 e 2012, que agravaram os problemas de insegurança alimentar, degradação ambiental e pobreza generalizada<sup>31</sup>. Períodos secos prolongados, condições de seca e fortes ventos originam frequentemente incêndios florestais descontrolados

<sup>26</sup> BAfD. (2018). "West Africa Economic Outlook 2018". Grupo Banco Africano de Desenvolvimento.

<sup>27</sup> PNUD (2017). Central Africa: a Sub-Region Falling Behind?, PNUD Sub-Regional Strategy Assessment [*Avaliação da Estratégia Sub-regional do PNUD*], Relatório n.º 1, março de 2017

<sup>28</sup> ONU MULHERES. (2014). "The Gender Agenda in West and Central Africa. Target 2015: Progress on the Horizon?" United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women [*Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres*].

<sup>29</sup> FIDA. (2015). "Gender and Rural Development Brief: West and Central Africa". International Fund for Agricultural Development [*Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola*].

<sup>30</sup> USAID (2017). Climate Change Risk in West Africa Sahel: Regional Fact Sheet. April de 2017. Climate Change Adaptation, Thought Leadership and Assessments (ATLAS).

<sup>31</sup> Ibid.

que podem destruir grandes áreas de terrenos agrícolas e floresta, como observado durante a seca severa na década de 1980, que originou incêndios florestais e viu a destruição de 50 por cento da cobertura vegetal da região<sup>32</sup>.

A dependência da economia da África Ocidental da agricultura, que representa aproximadamente 35 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e 60 por cento da população ativa da região, significa que a maioria da população é vulnerável às ocorrências de secas e à crescente variabilidade climática<sup>33</sup>. Os impactos reais da seca nas mulheres rurais estão bem documentados, estando as quebras da produção agrícola provocadas pela seca associadas a défices alimentares, rendimento reduzido, aumento da migração masculina e, conseqüentemente, a um aumento do peso do trabalho para as mulheres<sup>34</sup>. A seca e os respetivos impactos na agricultura, gado e recursos hídricos representam desafios adicionais para as mulheres devido à sua dependência desproporcionada dos modos de vida de pequena escala assentes nos recursos naturais que dependem de condições climáticas favoráveis, tais como a pluviosidade e a temperatura.

Estima-se que as mulheres representem 70 por cento da população ativa no setor agrícola da região, como um todo, e 89 por cento no Sael – e que continuam a assumir uma quota de responsabilidade crescente pela agricultura à medida que homens e rapazes saudáveis se juntaram ao êxodo rural face ao desemprego rural<sup>35</sup>. Como consequência, eventos extremos relacionados com o clima, frequentes e mais intensos, como as secas e inundações, e os impactos associados relacionados com perdas económicas, insegurança alimentar e nutricional crescentes e perda de modos de vida, têm um impacto desproporcionado nas mulheres e raparigas, com o potencial de agravar as desigualdades de género existentes. As taxas de pobreza mais elevadas entre as mulheres e os papéis e responsabilidades socialmente distribuídos tornam ainda mais complicada a situação, colocando ainda mais peso nas mulheres para a maioria do trabalho doméstico.

As secas provocam mais horas de trabalho nos campos porque os agricultores tentam diversificar as culturas, ou replantar sementes para garantir colheitas suficientes, com as mulheres a terem de repetir a replantação por vezes até sete vezes durante a estação seca, devido à falta de água<sup>36</sup>. As secas também têm um impacto negativo na segurança alimentar e nutricional, com as mulheres e raparigas a sofrerem frequentemente o grosso destes impactos a nível familiar porque reduzem a ingestão de calorias a favor do chefe da família ou dos rapazes. A subnutrição, tanto aguda como crónica, é uma ocorrência provável a seguir a uma catástrofe como as secas ou as inundações. O risco de subnutrição é mais elevado para os grupos populacionais mais vulneráveis devido à falta de alimentos e à deterioração das condições de higiene e saneamento. Isto é especialmente verdade para as crianças, mulheres grávidas e lactantes, para os idosos e para os doentes crónicos.

Para além do seu envolvimento na agricultura, as mulheres são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico – especialmente por irem buscar água e fontes de energia, incluindo carvão e lenha, para cozinhar e para aquecimento. No contexto de crescente escassez de água e de prevalência de secas, as mulheres e raparigas são forçadas a percorrer distâncias cada vez maiores para recolher água, o que coloca um peso ainda maior no tempo de reprodução e de trabalho das mulheres e aumenta o risco da violência com base no género à medida que o tempo de viagem aumenta<sup>37</sup>.

---

<sup>32</sup> FAO. (2007). "Fire Management Global Assessment 2006. A thematic study prepared in the framework of the Global Forest Resources Assessment 2005." Food and Agriculture Organisation [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura].

<sup>33</sup> USAID. (2019) "Agriculture and Food Security: West Africa Region."

<sup>34</sup> Tichagwa, W. (1994). "The Effects of Drought on the Condition of Women. Gender and Development". Volume 2, 1994 – Edição 1: Women and Emergencies.

<sup>35</sup> FIDA. (2015). "Gender and Rural Development Brief: West and Central Africa". International Fund for Agricultural Development [Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola].

<sup>36</sup> Murungweni, C.; Van Wijk, M. T.; Smaling, E. M. A.; Giller, K. E. (2016) "Climate-smart crop production in semi-arid areas through increased knowledge of varieties, environment and management factors." Nutr. Cycl. Agroecosyst. 105:183–197.

<sup>37</sup> Le Masson, V. (2016). "Gender and Resilience: from Theory to Practice". BRACED. Working paper, 60 p.

No Senegal rural, por exemplo, as estações da chuva são mais curtas do que as estações anteriores e houve um declínio de 35 por cento do total da pluviosidade nas duas últimas décadas. Como consequência, agora as mulheres têm de andar distâncias maiores para irem buscar água para beber, cozinhar e lavar<sup>38</sup>. As responsabilidades domésticas e o peso dos cuidados levados a cabo pelas mulheres mostram que elas também têm de cuidar dos filhos, dos idosos e dos doentes. Estas responsabilidades podem ocupar cinco horas por dia e as ocorrências de seca sobrecarregam ainda mais o tempo, saúde e segurança das mulheres. Tendo de enfrentar distâncias mais longas à procura de recursos naturais, elas sofrem não só o impacto na sua qualidade de vida, mas também estão mais vulneráveis às ocorrências de violência com base no género.

Para além das secas, as inundações são uma ocorrência comum em toda a África Ocidental. Os mais importantes sistemas fluviais na região da CEDEAO são os rios Níger, Senegal e Volta, assim como vários rios mais pequenos, com inundações sazonais que ocorrem com frequência. Em especial, as regiões densamente povoadas dos deltas dos sistemas fluviais mais importantes, como o delta do Níger, enfrentam inundações importantes. O impacto é exacerbado pela fraca proteção contra inundações, pelos insuficientes sistemas de drenagem urbana e pelo elevado escoamento devido à degradação dos solos. As inundações urbanas são uma ameaça constante em toda a região – as áreas urbanas em rápido crescimento estão frequentemente situadas nas zonas baixas dos deltas dos rios ou em áreas costeiras diretamente expostas à subida do nível do mar, à ondulação costeira e às inundações. As mulheres tendem a ser mais gravemente afetadas durante e após as inundações devido a várias questões: as informações de aviso tendem a ser transmitidas aos homens nos espaços públicos; restrições culturais e comportamentais, e os papéis socialmente distribuídos afetam a mobilidade das mulheres (p. ex., não lhes é permitido sair de casa sem uma companhia masculina, têm de cuidar das crianças, idosos ou doentes) ou a sua capacidade limitada para nadar.

Sendo catástrofes com início rápido, os impactos das inundações variam desde danos importantes às infraestruturas, habitações e agricultura, tendo frequentemente impactos devastadores nos modos de vida e na segurança alimentar. Os impactos das inundações são especialmente pronunciados para as mulheres, especialmente para as famílias chefiadas por mulheres que constituem a grande maioria dos agricultores de subsistência da região. As inundações têm frequentemente como resultado a completa destruição das culturas, ou uma diminuição significativa dos rendimentos, por sua vez fatores agravantes das vulnerabilidades existentes, como a subnutrição aguda e a insegurança alimentar. As inundações também têm como consequência a disrupção de infraestruturas fundamentais, como o acesso à água e saneamento, assim como às instalações de cuidados de saúde. Como resultado, as mulheres têm acesso limitado a partos seguros, aumentando o risco de gravidezes de risco, expondo as mulheres grávidas a complicações fatais. Além disso, é habitual as inundações estarem associadas a surtos epidémicos e a doenças transmitidas pela água, como a cólera, a febre tifoide e a diarreia. As mulheres e as crianças são frequentemente as mais afetadas por estes surtos, devido ao acesso limitado a água e instalações sanitárias, o que expõe as mulheres e raparigas a um maior risco de violência com base no género porque têm de viajar mais frequentemente e ou para mais longe, para locais distantes e inseguros, como, por exemplo, pontos de captação de água, instalações sanitárias e centros de saúde.

Além disso, a violência sexual e baseada no género, tal como outras formas de assédio e abusos, tende a aumentar durante e após as catástrofes<sup>39</sup>. Em situações de assistência em catástrofes, as mulheres e raparigas deslocadas têm um risco acrescido de experienciar violência sexual baseada no género nos pontos de distribuição de ajuda; nas instalações de água, saneamento e higiene

---

<sup>38</sup> WEDO. (2003). "Untapped Connections: Gender, Water and Poverty". Women's Environment and Development Organization [*Organização das Mulheres pelo Ambiente e o Desenvolvimento*] (WEDO).

<sup>39</sup> Neumayer, E., e Plumper, T. (2007). "The Gendered Nature of Natural Disasters: the Impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy 1981- 2002". Anaisda Associação de Geógrafos Americanos / 8.

(WASH); em alojamentos inseguros, como tendas comunitárias; e em áreas mal iluminadas. Os agressores ocupam frequentemente posições de autoridade (polícia, agentes de segurança, líderes comunitários, professores, empregadores, senhorios, trabalhadores humanitários), solicitando favores sexuais em troca de ajuda humanitária, como alimentos, remédios.

As mulheres e raparigas também têm uma probabilidade maior do que os homens de morrer durante uma catástrofe, devido a restrições culturais e comportamentais que afetam a mobilidade e aos papéis e responsabilidades socialmente atribuídos às mulheres (p. ex., tratar das crianças, idosos ou doentes)<sup>40</sup>. Dependendo da cultura, códigos de vestuário restritivos afetam a mobilidade das mulheres de uma forma que se pode revelar fatal durante as catástrofes repentinas, especialmente inundações, visto que as competências essenciais para a sobrevivência, como subir a uma árvore e nadar, muitas vezes só são ensinadas aos rapazes. Além disso, as mulheres tendem a ser relutantes em ir para abrigos seguros durante as catástrofes, por medo de perderem os filhos e os bens da família, como o gado. As mulheres também tendem a ser mais vulneráveis a catástrofes súbitas, dado o acesso limitado a avisos precoces ou informações úteis para a prevenção de catástrofes. Por exemplo, as mulheres poderão não receber avisos precoces se estes só forem transmitidos aos homens em espaços públicos<sup>41</sup>. Além disso, as doações e capital humano sob a forma de programas de acesso à saúde, educação e proteção social afetam a forma como as mulheres e as raparigas podem aceder aos serviços de assistência.

Devido à marginalização socioeconómica das mulheres, o acesso limitado ao crédito, o controlo sobre os recursos financeiros da família e a falta de propriedade ou direitos sucessórios deixa-as com poucos recursos para reconstruir ou para reconstruir melhor quando ocorrem catástrofes. O peso da recuperação é difícil para as famílias chefiadas por mulheres, incluindo viúvas, que atuam como a única fonte de rendimento e principal prestador de cuidados dos filhos. O impacto tende a ser mais pronunciado nos grupos vulneráveis, que incluem mulheres e jovens, muito representados no setor informal e na agricultura de subsistência. A mesma questão se aplica ao controlo e acesso às finanças, que é especialmente desafiante no caso de migração em que os maridos abandonam as zonas rurais e as mulheres são deixadas para lidar com a resposta à catástrofe, sem ter, no entanto, acesso a capital ou crédito para enfrentar eficazmente as suas consequências.

Além disso, homens e rapazes têm muito maior mobilidade do que as mulheres e raparigas. Quando ocorre uma catástrofe, migram frequentemente para áreas urbanas para procurar trabalhos não qualificados para financiar a recuperação. Em comparação, as mulheres e as raparigas não têm tanta mobilidade, devido aos papéis socialmente atribuídos e às responsabilidades e expectativas de que permaneçam em casa para cuidar da família, mesmo não tendo nem os recursos nem a autoridade para o fazer. Além disso, as disparidades no acesso aos direitos de propriedade da terra têm um impacto negativo na capacidade de as mulheres, especialmente nas áreas rurais, reconstruírem após uma catástrofe. Por exemplo, as regras que regulam a propriedade e a transferência de terra são menos favoráveis para as mulheres. Como consequência, quando um homem morre, as mulheres e a família ficam frequentemente sem terra, o que as deixa extremamente vulneráveis a cair na pobreza após uma catástrofe, perpetuando as desigualdades entre homens e mulheres.

---

<sup>40</sup> Peterson, K. (2007). "Reaching out to Women when Disaster Strikes." Soroptimist White Paper. Soroptimist International of the Americas, Filadélfia.

<sup>41</sup> PNUD (2012). "Overview of Linkages between Gender and Climate Change". Formação sobre Género e Alterações Climáticas, Módulo 1, United Nations Development Program Capacity Development Series [Série de Desenvolvimento de Capacidades do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]

## ANEXO B: QUADROS E POLÍTICAS GLOBAIS PARA A RRC SENSÍVEL AO GÉNERO

### Global

#### **O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes (QSRRC)**

O Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 (que atualizou o Quadro de Ação de Hyogo HFA 2005-2015) foi aprovado pelos 187 Estados Membros da 3ª Conferência das NU para a Redução de Risco de Catástrofes (WCDRR) em março de 2015, em Sendai, no Japão. A adoção do Quadro de Sendai galvanizou os Chefes de Estado e de Governo da UA, que expressaram um forte compromisso com a redução de risco de catástrofes. O Quadro inclui objetivos de liderança das mulheres, políticas sensíveis ao género e uma referência a cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Contudo, as mulheres são frequentemente incluídas juntamente com raparigas e grupos marginalizados, fomentando o paradigma da “vítima”; o termo “igualdade de género” não surge no texto, nem existe nele uma referência aos direitos humanos das mulheres.

As quatro prioridades do QSRRC são:

1. Compreender os riscos de catástrofes.
2. Fortalecer a governação dos riscos de catástrofes para gerir os riscos de catástrofes.
3. Investir na RRC para resiliência.
4. Melhorar a preparação para catástrofes para uma resposta eficaz e para “Reconstruir Melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução.

#### **Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e respetivo Plano de Ação de Género**

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) adotou o primeiro Plano de Ação de Género (PADG) na Conferência das Partes de 2017 (COP). O PADG UNFCCC foi criado ao abrigo do Programa de Trabalho de Lima sobre Igualdade entre os Géneros – visando promover a participação plena, igual e significativa das mulheres e promover uma política em matéria de clima sensível ao género. O PADG visa apoiar e melhorar a implementação de decisões e mandatos relacionados com o género adotados até agora no processo da UNFCCC através de um conjunto de atividades específicas.

#### **Plataforma para a Ação de Pequim**

A Plataforma para a Ação de Pequim (1995) é um dos quadros e modelos de ação de política global mais abrangentes e continua a ser uma fonte de orientação e inspiração para atingir a igualdade de género e os direitos humanos das mulheres e raparigas. A Plataforma para a Ação abrange 12 áreas críticas de preocupação: pobreza, educação e formação; saúde, violência; conflitos armados, economia; poder e tomada de decisões; mecanismos institucionais; direitos humanos, meios de comunicação social; ambiente e crianças do sexo feminino. Para cada área crítica de preocupação, são identificados objetivos estratégicos, assim como um catálogo pormenorizado de ações relacionadas a ser adotadas a nível nacional, regional e internacional pelos Governos e outras partes interessadas.

### Continental

**Estratégia para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres da UA.** A Estratégia para a Igualdade de Género e **Empoderamento** das Mulheres da UA para 2018-2027 (EIGEM) apresenta o plano de implementação da Aspiração 6 da Agenda para 2063 e dos princípios consagrados no Artigo 4º (I) do Ato Constitutivo da UA: “promoção da igualdade de género”, assim como os principais compromissos continentais e globais. A estratégia foi adotada pelo Conselho Executivo em julho de 2018. Esta estratégia é o roteiro da organização para o cumprimento dos compromissos em relação à igualdade de género e empoderamento das mulheres. De acordo com a Estratégia, nichos de boas práticas demonstram que a mudança rápida é possível na área do

género. Por exemplo, treze países africanos estão agora entre os países do mundo que lideram a representação das mulheres nos parlamentos nacionais. Isto sublinha a importância de medidas especiais temporárias para a progressão da paridade de géneros na tomada de decisões. A Estratégia está organizada ao abrigo de 4 pilares principais, cada um deles “desenvolvido” em quatro níveis diferentes que incluem, por ordem descendente: Resultados, Realizações, Intervenções e Atividades. O quadro abaixo enumera o “Pilar” de nível superior e o “Resultado” pretendido.

<b>Estratégia para a Igualdade de Género da UA: Pilares da Igualdade de Género</b>			
<b>1. Maximização de resultados, oportunidades e tecnologia</b>	<b>2. Dignidade, Segurança e Resiliência</b>	<b>3. Legislação, Políticas e Instituições Eficazes</b>	<b>4. Liderança, Voz e Visibilidade</b>
<p><b>1.1 Educação e Trabalho:</b> Educação obrigatória e gratuita para raparigas e mulheres dos 3 aos 18 anos; formação profissional orientada para o mercado e programas de literacia para jovens e mulheres</p>	<p><b>2.1 Saúde, SRS e RR*, Práticas Tradicionais Prejudiciais:</b> As mulheres e as raparigas obtêm mais oportunidades de sobrevivência, melhor alimentação e bem-estar e a sua integridade física é protegida</p>	<p><b>3.1 O Protocolo de Maputo:</b> Leis e sistemas judiciais nacionais protegem e cumprem os direitos de propriedade e sucessórios, a educação, igualdade de salários, liberdades civis e a integridade física das mulheres, como disposto pela Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos relativo aos Direitos da Mulheres</p>	<p><b>4.1 Liderança:</b> Participação igual e influência demonstrada de mulheres e raparigas em todas as posições de liderança e de tomada de decisões.</p>
<p><b>1.2 Emancipação Económica:</b> Autonomia de rendimentos e proteção social para mulheres e raparigas</p>	<p><b>2.2 Fim da Violência contra as Mulheres (VCM):</b> Todas as formas de violência contra mulheres e raparigas diminuem, são criminalizadas e condenadas pela sociedade; as mulheres participam em pé de igualdade em processos de paz</p>	<p><b>3.2 Estabelecimento de Normas:</b> Leis e políticas nacionais protegem e permitem o pleno acesso e gozo por parte das mulheres às oportunidades e benefícios da Agenda 2063 e de outros projetos continentais</p>	<p><b>4.2 Voz:</b> Mulheres e raparigas têm igualdade de voz e exercício de autonomia em casa, na comunidade e nos espaços públicos</p>
<p><b>1.3. Inclusão digital:</b> <i>Mulheres e raparigas tornam-se utilizadoras e influenciadoras mais ativas do espaço tecnológico e são criadas soluções de E-Tech favoráveis ao género</i></p>	<p><b>2.3 Segurança Humana:</b> Os compromissos com a igualdade de género e a emancipação das mulheres na ação humanitária, migração e Plano de Ação da COP para as mulheres atingem níveis elevados de implementação</p>	<p><b>3.3 Sistemas de Governação Institucional de Género:</b> Instituições e órgãos da UA, dos Estados Membros, CER e sociedade civil têm a capacidade de implementar os compromissos existentes; prever e</p>	<p><b>4.3 Visibilidade:</b> Mulheres e raparigas são mais visíveis e apresentadas como contribuintes iguais para a sociedade nos recursos de comunicação social, literatura e culturais.</p>

		abordar proativamente novos desafios e demonstrar responsabilidade	
<p><b>Estratégias transversais:</b> Identificar programas expansíveis de grande impacto detidos e apoiados a nível regional e nacional; Acelerar o reforço das capacidades de financiamento e institucionais, incluindo OSC**; Identificar parcerias e sinergias estratégicas; Realizar campanhas inovadoras e diálogos continuados para transformar as regras sociais; Abolir as contradições entre as disposições e práticas legais; Aplicar os compromissos existentes; Mobilização; Melhorar a responsabilidade política e social; Adotar e defender medidas especiais temporárias para criar condições equitativas; Tomada de decisões baseada no conhecimento; Documentar e partilhar o que funciona; Encontrar formas novas e inovadoras de medição do sucesso e de afirmação das boas práticas.</p>			

## ANEXO C: POLÍTICAS NACIONAIS DE APOIO À RRC, AO GÉNERO E ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

País	GRC		Género		Clima	
	Ministério da tutela	Políticas, estratégias e planos	Ministério da tutela	Políticas, estratégias e planos	Ministério da tutela	Políticas, estratégias e planos
<b>BENIM</b>	Ministério do Interior e de Segurança Pública	(OUTROS) -Plano Nacional de Contingência (2015) -Estratégia ALAFIA 2025 ( <i>Stratégies de développement du Bénin à long terme</i> ) -Estratégia de Crescimento para a Redução da Pobreza	Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social	Política Nacional de Promoção do Género no Benim (2008)	Ministério do Ambiente de Vida e do Desenvolvimento Sustentável	-Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Hipocarbónico e Resistente às Alterações Climáticas -Programa de Ação Nacional de Adaptação (2008) -Programa Nacional de Ação para o Combate à Desertificação (2005) -Estratégia de Desenvolvimento Hipocarbónico e Resistente às Alterações Climáticas (2016-2025)
<b>BURKINA FASO</b>	Gabinete do Primeiro-Ministro	-Lei 2012-2014 – Lei-Quadro relativa à Prevenção e à Gestão de Riscos, Crises	Ministério das Mulher, da Solidariedade Nacional e da Família	Política Nacional de Género do Burkina Faso (2009)	Ministério do Ambiente, da Economia Verde e das Alterações Climáticas	-Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (2015) -Plano de Ação Nacional para Adaptação às

		Humanitárias e Catástrofes (2014) -Plano Nacional de Contingência de Riscos Múltiplos para a Preparação e Resposta a Catástrofes 2013 (em evolução) - <i>Plan d'Action National pour le Renforcement des Capacités pour la Réduction des Risques, la Préparation et la Réponse aux Urgences au Burkina Faso 2016-2020</i>				Alterações e Variabilidade Climáticas 2015
<b>CABO VERDE</b>	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros	<i>Estratégia nacional de redução de riscos de desastres (2010-2030)</i>	<i>Instituto cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade do Género (ICIEG)</i>	- Plano Nacional de Igualdade de Género (PNIG) (2019-21; iterações anteriores incluem 2015-18; e o anterior <i>Plano nacional para igualdade e equidade de género (2005-09; 1996-2000)</i> - <i>Plano nacional de combate a</i>	Ministério do Ambiente e da Agricultura	Programa de Ação Nacional de Adaptação (2007)  Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (2017-2021)

				<i>violência baseada no gênero (2006)</i>		
<b>COSTA DO MARFIM</b>	Gabinete do Primeiro-Ministro  Plataforma para a Redução do Risco e Gestão de Catástrofes	- <i>Plan d'Organisation des Secours (ORSEC) (2014)</i> - <i>Plan d'action national pour le renforcement des capacités en matière de RRC en Côte d'Ivoire (2016-2020)</i> -Estratégia e Plano de Ação Nacional de Gestão de Riscos de Catástrofes (2011) (OUTROS) Estratégia para o Relançamento do Desenvolvimento e Redução da Pobreza (2009)	Ministério da Solidariedade, da Família, da Mulher e da Criança	- <i>Plan stratégique de l'éducation des filles en Côte d'Ivoire (2007)</i> - <i>Politique nationale de l'égalité des chances, l'équité et le genre (2009)</i> - <i>Stratégie nationale de lutte contre les violences basées sur le Genre (SNLVBG) (2012)</i> - <i>Plan d'action pour l'implémentation de la Résolution 1325 du Conseil de Sécurité sur les Femmes, Paix et Sécurité : adopté pour la période (2008-2012)</i>	Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	<i>Cadre National de Gestion du Risque Acridien (2014)</i>
<b>GÂMBIA</b>	Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (NDMA)	-Programa Nacional de Gestão de Catástrofes: Plano de Ação	Ministério da Mulher	-Política Nacional da Gâmbia em matéria de Género (2010-2020)	Ministério do Ambiente, das Alterações Climáticas e dos Recursos Naturais	Plano Estratégico para a Biodiversidade (2011-2020)

		<p>Estratégica (2008-2011)</p> <p>-Política Nacional de Gestão de Catástrofes (2007)</p> <p>-Projeto de Lei Nacional de Gestão de Catástrofes (2008)</p> <p>-Lei Nacional de Gestão de Catástrofes (2008)</p>		<p>-Política da Gâmbia sobre o Género e Emancipação das Mulheres (2010-2020)</p> <p>-Política Nacional para o Progresso das Mulheres da Gâmbia (1999-2009)</p>		
<b>GANÁ</b>	Ministério do Interior		Ministério do Género, das Crianças e da Proteção Social	Política Nacional de Género (2015)	Ministério do Ambiente, da Ciência, Tecnologia e Inovação	<p>-Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação (2002)</p> <p>-Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (2012)</p> <p>-Plano de Ação Nacional de Agricultura Climaticamente Inteligente e Segurança Alimentar (2016-2020)</p> <p>- Plano Diretor Nacional relativo às Alterações Climáticas (2015-2020)</p> <p>-Política Nacional em matéria de Alterações Climáticas (2013)</p>
<b>GUINÉ</b>	Agência Nacional para a Gestão de Catástrofes	Plano Nacional para a Gestão de Catástrofes (1996)	Ministério da Ação Social e Promoção dos Interesses das	Política Nacional de Género (2011)	Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	- <i>Plan d'action national d'adaptation aux changements climatiques de la République de Guinée (2007)</i>

	e Emergências Ambientais		Mulheres e Crianças			<i>-Programme d'action nationale de lutte contre la désertification (2006)</i>
<b>GUINÉ-BISSAU</b>	Serviço Nacional de Proteção Civil		Ministério da Mulher, da Família e da Solidariedade Nacional	<i>-Plano de Ação Nacional para a Implementação da Resolução 1325 (2000)</i> <i>-Política Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (2014)</i>	Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	Programa Nacional de Ação de Adaptação às Alterações Climáticas (2007)
<b>LIBÉRIA</b>	Serviço Nacional de Proteção Civil	Política Nacional de Gestão de Catástrofes (2012)	Ministério do Género, das Crianças e da Proteção Civil	<i>-Política Nacional de Género da Libéria (2009)</i> <i>-Plano de Ação Nacional da Libéria para a Implementação da Resolução 1325 das Nações Unidas (2009)</i>	Agência de Proteção Ambiental	<i>-Política e Estratégia Nacional de Resposta às Alterações Climáticas (2018)</i> <i>-Programa de Ação Nacional de Adaptação (2008)</i>
<b>MALI</b>	Serviço de Proteção Civil	<i>-Plan national de contingence multirisque de préparation et de réponse aux catastrophes (2010)</i> <i>-Stratégie Nationale pour la Réduction des Risques de Catastrophes (2016)</i>	Ministério para a Promoção das Mulheres, da Família e das Crianças	<i>-Politique nationale genre du Mali (PNG-Mali) (2011)</i> <i>-Plan d'actions du politique national genre du Mali (2011-2013)</i>	Ministério do Ambiente	<i>-Cadre de gestion du risque acridien (CGRA) (2011)</i> <i>-Quadro de Gestão de Risco Acrídico (2012)</i> <i>- Programa de Ação Nacional sobre Adaptação às Alterações Climáticas (2007)</i>

<b>NÍGER</b>	Gabinete do Primeiro-Ministro	- <i>Plan d'Action National de Renforcement des Capacités pour la Réduction des Risques de Catastrophe (2015)</i> - <i>Plan National de Contingence Multirisque Niger (2013)</i> (OUTROS) Estratégia de Desenvolvimento Acelerado e Redução da Pobreza (2008-2012)	Ministério da População, da Promoção das Mulheres, da Proteção das Crianças	<i>Politique national de genre (2008-2018)</i>  <i>Plan décennal de mise en œuvre de la politique nationale de genre (2009-2018)</i>	Ministério do Ambiente	- <i>Plan national de gestion du risque acridien (PGRA) (2012)</i> -Plano Nacional de Adaptação para a Ação (2006) - <i>Plan d'Action National de Renforcement des Capacités pour la Réduction des Risques de Catastrophe (2015)</i> - <i>Plan National de Contingence Multirisque Niger (2013)</i>
<b>NIGÉRIA</b>	Serviço Nacional de Gestão de Emergência		Ministério Federal das Questões de Género	-Quadro Estratégico da Política de Género - plano de implementação (2008-2013) -Quadro Nacional de Implementação Estratégica de Género (NGSF)	Ministério Federal do Ambiente	-Política Nacional em matéria de Alterações Climáticas (2013) -Visão da Nigéria 2020 (2010) -Política Nigeriana de Biocombustível e Incentivos (2007)  Plano de Recuperação e Crescimento Económico (2017-2020)
<b>SENEGAL</b>	Serviço de Proteção Civil	-Quadro Nacional de Gestão de Catástrofes (2012) -(OUTROS)	Ministério das Mulheres, da Família e do Género	<i>Stratégie nationale pour l'égalité et l'équité de genre au Sénégal (2015)</i>	Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	Plano de Ação Nacional para Adaptação às Alterações Climáticas (2012)

		<i>Stratégie nationale de développement économique et social (SNDES) (2013-2017)</i>				
<b>SERRA LEOA</b>	Departamento de Gestão de Catástrofes, Gabinete de Segurança Nacional	Política de Gestão de Catástrofes (2006)  Plano Nacional de Preparação e Resposta a Catástrofes (2006)	Ministério da Segurança Social, dos Assuntos de Género e das Crianças	-Política Nacional de Integração da Perspetiva de Género (2009) -Plano Estratégico Nacional em matéria de Género 2009-2012 -Plano de Ação Nacional (SILNAP) sobre a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) 1325 relativa às Mulheres, Paz e Segurança (2009) -Resolução 1820 do CSNU sobre Violência Sexual (2010) -Política Nacional para o Progresso das Mulheres (2009)	Ministério do Território, do Ordenamento do Território e do Ambiente	Plano Nacional de Adaptação para a Ação (2007)

<b>TOGO</b>	Ministério do Ambiente e Recursos Florestais		Ministério da Ação Social	<i>Politique nationale pour l'équité et l'égalité de genre du Togo (2011)</i>	Ministério do Ambiente e dos Recursos Florestais	-Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (2017) - Programa Nacional de Adaptação para a Ação (2009)
-------------	--	--	---------------------------	---	--	---

## ANEXO D: CONSULTAS ÀS PARTES INTERESSADAS DA CEDEAO

### Pontos Focais ou Representantes Nomeados da Redução de Risco de Catástrofes da CEDEAO

País	Nome do Ponto Focal de RRC	Designação	Telefone	E-mail
Benim	Aristide Dagou	Diretor, Agência Nacional de Proteção Civil Ministério da Administração Interna e da Segurança Pública	+229 21-30-76-41	<a href="mailto:aristide.dagou@gmail.com">aristide.dagou@gmail.com</a>
Burkina Faso	Bakouan Florent	Secretário Permanente do Conselho Nacional de Ajuda de Emergência (CONASUR), Ministério da Mulher, da Solidariedade Nacional e da Família	+226 70 99 67 31	<a href="mailto:bakyflo@gmail.com">bakyflo@gmail.com</a>
Cabo Verde	Capitão Renaldo Gomes Rodrigues	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros		<a href="mailto:renaldo.rodrigues@snp.gov.cv">renaldo.rodrigues@snp.gov.cv</a>
Costa do Marfim	Dr. Abdel Kader Toure	Secretário Executivo da Plataforma de Redução de Risco e Gestão de Catástrofes	+225 57820897	<a href="mailto:kaddertoure@gmail.com">kaddertoure@gmail.com</a>
Gâmbia	Sanna Dahaba	Diretor Executivo, Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (NDMA)	+2204399538 (escritório) +220 9977255 +220 7500750 (telemóvel)	<a href="mailto:sannabairo@gmail.com">sannabairo@gmail.com</a>
Gâmbia	Oumie Sissokho	Diretora de Operações Agência Nacional de Gestão de Catástrofes (NDMA)		<a href="mailto:okinteh@gmail.com">okinteh@gmail.com</a>
Gana	Charlotte Norman	Ministério da Administração Interna, Organização Nacional de Gestão de Catástrofes	(+233) 209875188)	<a href="mailto:charlottenorman72@yahoo.ie">charlottenorman72@yahoo.ie</a>
Guiné	Alkaly Bangoura	Serviço Nacional de Gestão de Catástrofes e Urgências Ambientais	+224 66 58 6203	<a href="mailto:alkalyb@gmail.com">alkalyb@gmail.com</a>

			+224 681 99 206	
Guiné-Bissau	Alsau Sambu	Ministério da Administração Interna, Direção da Proteção Civil	(+245) 206130	<a href="mailto:sambu07@hotmail.com">sambu07@hotmail.com</a>
Libéria	Henry O. Williams	Diretor Executivo, Agência Nacional de Gestão de Catástrofes da Libéria (NDMA)		<a href="mailto:williamshenry036@gmail.com">williamshenry036@gmail.com</a>
Mali	Dr. Cheick Fanta Mady Kone	Chefe de Gabinete, Ajuda Médica, Direção-Geral da Proteção Civil, Ministério da Segurança e da Proteção Civil	+223 20-22-39-08 +223 20-22-39-11	<a href="mailto:cf1_kone@yahoo.fr">cf1_kone@yahoo.fr</a> <a href="mailto:cf1kone39@gmail.com">cf1kone39@gmail.com</a>
Níger	Adamou Oumarou	Célula de Coordenação do Sistema de Alerta Precoce, Gabinete do Primeiro-Ministro	+227 96-27-40-39 +227-20-72-32-75	<a href="mailto:yarouh@gmail.com">yarouh@gmail.com</a> <a href="mailto:sap@intnet.ne">sap@intnet.ne</a>
Senegal	M. Abdoulaye Noba  Consultado com:  Coronel Idriss Moulaye Coulibaly; e  Abdoulaye Ndiaye	Diretor, Direção da Proteção Civil	+221 338893900  +221 775290517	<a href="mailto:cheikhnoba67@yahoo.fr">cheikhnoba67@yahoo.fr</a>  <a href="mailto:dpcsen@hotmail.com">dpcsen@hotmail.com</a>  <a href="mailto:idrissmoulaye.coulibaly@interieur.gouv.sn">idrissmoulaye.coulibaly@interieur.gouv.sn</a>  <a href="mailto:protection.civil@interieur.gouv.sn">protection.civil@interieur.gouv.sn</a>  <a href="mailto:ndiayab@gmail.com">ndiayab@gmail.com</a>
Togo	Tenente-Coronel Yoma Baka	Diretor, Agência Nacional de Proteção Civil, Ministério da Segurança e da Proteção Civil	+228 90-05-14-46	<a href="mailto:yoma.baka@yahoo.fr">yoma.baka@yahoo.fr</a>  <a href="mailto:bakayoma2006@gmail.com">bakayoma2006@gmail.com</a>

### Pontos Focais ou Representantes Nomeados de Género

País	Nome do Ponto Focal	Designação	Telefone	E-mail
Burkina Faso	Edwige Ninon Yaméogo/Sankara	Diretora-Geral da Mulher e do Género, Ministério da Mulher, da Solidariedade Nacional, da Família e da Ação Humanitária	+226 70-29-99-41/ +226 78-91-85-86	<a href="mailto:karaninon@gmail.com">karaninon@gmail.com</a>
Costa do Marfim	Yaya Fanta Kaba Fofana	Diretora Executiva Observatório Nacional para a Equidade e o Género	(00225)05125525  (00225)03150565	<a href="mailto:kabayayafof@yahoo.fr">kabayayafof@yahoo.fr</a>  <a href="mailto:observatoiredugenre@gmail.com">observatoiredugenre@gmail.com</a>
Guiné	Batouly Kaba	Diretora Nacional Adjunta, Género e Igualdade, Ministério da Ação Social e Promoção dos Interesses das Mulheres e das Crianças/ Ponto Focal de Género do Centro da CEDEAO para o Desenvolvimento do Género	+224 622-22-49-85/ +224 656-11-12-15	<a href="mailto:batoukaba@yahoo.fr">batoukaba@yahoo.fr</a>
Mali	Médico Tenente-Coronel Oumou Sanogo	Direção-Geral da Proteção Civil, Ministério da Segurança e da Proteção Civil	+223 79-41-17-79	<a href="mailto:oumousanogo18@gmail.com">oumousanogo18@gmail.com</a>
Nigéria	Tosin Victoria Apiriola	Fundadora e Diretora Executiva da Iniciativa de Desenvolvimento das Mulheres e dos Jovens (WOYODEV)		<a href="mailto:woyodev@yahoo.com">woyodev@yahoo.com</a>
Níger	Hamsatou Djibo Brazaki	Conselheira Técnica em Género, Ministério da Ação Humanitária e da Gestão de Catástrofes	+227 96-87-85-27	<a href="mailto:abrazaki@mahgc.ne">abrazaki@mahgc.ne</a>
Níger	Rabi Moussa Keita	Relações Públicas, Célula de Género, Ministério da Ação	+227 97-12-30-60	<a href="mailto:rmoussakeita721@gmail.com">rmoussakeita721@gmail.com</a>

		Humanitária e da Gestão de Catástrofes		
Togo	Yendounban Talguepo Kantche Yomounte	Ponto Focal de Género, Direção do Planeamento e das Operações de Urgência, Agência Nacional de Proteção Civil, Ministério da Segurança e da Proteção Civil	+ 228 90-83-75-15 / + 228 99-75-15-06	<a href="mailto:ykantche@yahoo.fr">ykantche@yahoo.fr</a>

### Outras Partes Interessadas da CEDEAO Consultadas

País	Nome	Organização	Tipo de organização	Telefone	E-mail
Benim	Dr. Parfait Blalogue	ONG CREDEL (Centre de Recherche et d'Expertise pour le Développement Local)	ONG	+229 69-49-45-92 / +229 97-48-87-84	<a href="mailto:credelong@gmail.com">credelong@gmail.com</a> / <a href="mailto:credelong@yahoo.fr">credelong@yahoo.fr</a>
Burkina Faso	Dr. Aymar Bossa	WASCAL	Académica		<a href="mailto:bossa.a@wascal.org">bossa.a@wascal.org</a>
Costa do Marfim	Nicole Kouadio	Comité Internacional da Cruz Vermelha	ONG		<a href="mailto:kouadionicole50@yahoo.com">kouadionicole50@yahoo.com</a>
Costa do Marfim	Konan Guillaume N'Goran	Ministério do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável	Governamental	+225 07 74 64 60	<a href="mailto:ngorankonan@yahoo.fr">ngorankonan@yahoo.fr</a>
Costa do Marfim	Florence Tanoh	Ministério da Solidariedade, da Família, da Mulher e da Criança	Governamental	+22547316914	<a href="mailto:tanohfky@yahoo.fr">tanohfky@yahoo.fr</a>
Costa do Marfim	Jean-Rock Kouadio Kirine	Câmara de Comércio e Indústria Chefe do Departamento do Território e do Desenvolvimento Sustentável	Setor privado		<a href="mailto:jrkirine@yahoo.com">jrkirine@yahoo.com</a>

Costa do Marfim	Aude Viviane Goulivas-Calle	Programa de Produtividade Agrícola na África Ocidental (WAAPP)	Semigovernamental	+22507529495	<a href="mailto:goulivascalles@icloud.com">goulivascalles@icloud.com</a>
Costa do Marfim	Dr. Franck Eba	Responsabilité Sociétale des Organisations de Côte d'Ivoire (RSO)	ONG	+22507081038	<a href="mailto:ebafranck@yahoo.fr">ebafranck@yahoo.fr</a>
Costa do Marfim	Bié Lémonké Hubert	Engenheiro Agrônomo (CILSS)	Intergovernamental		
CEDEAO	Dr. Bolanle Adetoun	Centro de Desenvolvimento de Género da CEDEAO	Governamental		<a href="mailto:badetoun@ecowas.int">badetoun@ecowas.int</a>
Gana	Gertrude Domfeh	Universidade do Gana	Académica		<a href="mailto:gertdomfeh@gmail.com">gertdomfeh@gmail.com</a>
Guiné	Mamadou Tounkara	Direção Nacional da Meteorologia, Ministério dos Transportes	Governamental	+224 621-50-67-93	<a href="mailto:tounkara218@gmail.com">tounkara218@gmail.com</a>
Guiné	Soumah Alseny	Chefe de Divisão, Assistência Social e Resiliência, Direção Nacional da Ação Social, Ministério da Ação Social e Promoção dos Interesses das Mulheres e das Crianças	Governamental	+224 624-63-40-94 / +224 627-26-52-04	<a href="mailto:alsenysounah84@yahoo.com">alsenysounah84@yahoo.com</a>
Mali	Fatoumata Goundo Kouyaté Sissoko	Presidente da Réseau de Femmes pour les Droits Environnementaux (REFEDE), Bamako	ONG	+223 20-72-36-72 / +223 66-78-00-81	<a href="mailto:goundo.sora@gmail.com">goundo.sora@gmail.com</a>
Níger	Rabi Hamidou	Responsável, Escolarização de Raparigas, Célula Redes de Proteção Social, Gabinete do Primeiro-Ministro, BP 893	Governamental (Projeto do Banco Mundial)	+227 20 72 68 31 +227 96 13 49 67	<a href="mailto:niandourabi@yahoo.fr">niandourabi@yahoo.fr</a>
Níger	Zakari Yaou Chaibou	Ponto Focal de Género, Projeto Regional de Apoio ao	Governamental (Projeto do Banco Mundial)	+227 20-32-54-56 /	<a href="mailto:zakariyaouchaib@gmail.com">zakariyaouchaib@gmail.com</a>

		Pastoralismo no Sael, (PRAPS) BP 13017		+227 89-44- 88-55	
Níger	Mamane Sanoussi Fodé Camara	Coordenador, Projeto Regional de Apoio ao Pastoralismo no Sael, (PRAPS) BP 13017	Governamental (Projeto do Banco Mundial)	+227 20-32- 54-56 / +227 96-97- 15-46	<a href="mailto:sfode2001@yahoo.fr">sfode2001@yahoo.fr</a>
Níger	Fatima Assahabi	Coordenadora de Género, Projeto de Apoio à Agricultura Sensível ao Clima (PASEC)	Governamental (Projeto do Banco Mundial)	+227 20-35- 00-68	<a href="mailto:assahabaf@yahoo.fr">assahabaf@yahoo.fr</a>
Nigéria	Priscilla Achakpa	Women Environment Programme	ONG		<a href="mailto:pmachakpa@gmail.com">pmachakpa@gmail.com</a>
Nigéria	Tosin Victoria Apiriola	Iniciativa de Desenvolvimento das Mulheres e dos Jovens (WOYODEV)	ONG		<a href="mailto:woyodev@yahoo.com">woyodev@yahoo.com</a>
Nigéria	Tabi H. Joda	Green Aid	ONG		<a href="mailto:tabijoda@gmail.com">tabijoda@gmail.com</a>
Senegal	Oumou Koulibaly	AfricaAdapt Network - ENDA Tiers Monde – ENDA Energie	ONG		<a href="mailto:oumoukool@gmail.com">oumoukool@gmail.com</a>
Regional	Dra. Mariame Maiga	Conselho da África Ocidental e Central para a Investigação e o Desenvolvimento Agrícola (CORAF-WECARD)	Semigovername ntal		<a href="mailto:m.maiga@coraf.org">m.maiga@coraf.org</a>
Regional	Dr. Johnathan Nkem Ndi	Delegação Regional da África Ocidental e Central da ONU Mulheres	Multilateral		<a href="mailto:johnson.nkemndi@unwomen.org">johnson.nkemndi@unwomen.org</a>
Regional	Ajmad Abbashar	Chefe de Gabinete, Delegação africana do Gabinete das Nações Unidas para a Redução de Risco de Catástrofes (UNDRR)	Multilateral		<a href="mailto:ajmad.abbashar@un.org">ajmad.abbashar@un.org</a>
Regional	Julius Kabubi	Responsável do Programa, Delegação africana do Gabinete das Nações Unidas para a	Multilateral		<a href="mailto:Julius.kabubi@un.org">Julius.kabubi@un.org</a>

		Redução de Risco de Catástrofes (UNDRR)			
Regional	Maria Martinez	Coordenadora do Disaster Law Programme, Região de África, FICV	ONG		maria.martinez@ifrc.org

### Lista de Colaboradores da CEDEAO Consultados

Nome	Cargo	E-mail
Sintiki Ugbe	Diretor, Assuntos Humanitários e Sociais	(sugbe@ecowas.int)
Bolanle Adetoun	Diretor, Centro de Género	(badetoun@ecowas.int)
Sa'adatu Habib Shuaibu	Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO, Direção de Assuntos Políticos, Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança	(sshuaibu@ecowas.int)
Essa Khan	Consultor de RRC da CEDEAO	(khanessa2000@yahoo.com)
Mohammed Ibrahim	RRC da CEDEAO	(hammedibrahim@yahoo.com)
Adama Bagayoko	Consultor de Hidrometeorologia da CEDEAO	(bagayokojunior@yahoo.fr)
Aymar Bossa	WASCAL	(bossa.a@wascal.org)
Kebba Touray	Direção de Alerta Precoce	(ktouray@ecowas.int)
Abimbola Oyelohunnu	Direção de Assuntos Humanitários e Sociais	(bimbooyelohunnu@gmail.com); (aoyelohunnu@ecowas.int)
Ernest Aube	Agricultura	(aube2008@yahoo.com)
Oluonye Peter	Serviços de investimento/promoção	(poluonye@ecowas.int); (investds@yahoo.com)

## BIBLIOGRAFIA

Aguilar, L. (2004). "Climate Change and Disaster Mitigation". União Internacional para a Conservação da Natureza.

BAfD (2008). "West Africa Economic Outlook 2018". Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento. Obtido de: <https://www.afdb.org/en/documents/document/west-africa-economic-outlook-2018-100849>

Banco Mundial. (2008). "Building Resilient Communities: Risk Management and Response to Natural Disasters through Social Funds and Community-Driven Operations". Grupo do Banco Mundial. Obtido de: [https://siteresources.worldbank.org/INTSF/Resources/Building\\_Resilient\\_Communities\\_Complete.pdf](https://siteresources.worldbank.org/INTSF/Resources/Building_Resilient_Communities_Complete.pdf)

Chew, L., e Ramdas, K. (2005) "Caught in the Storm: The Impact of Natural Disasters on Women". Fundo Global para as Mulheres. Obtido de: <https://www.globalfundforwomen.org/wp-content/uploads/2006/11/disaster-report.pdf>

GSM. (2019). "Digitising the Agricultural Last Mile in Ghana: MTN Mobile Money's mAgric". Obtido de: <https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/resources/digitising-the-agricultural-last-mile-in-ghana-mtn-mobile-moneys-magric/>

Hemachandra, K., Amaratunga, D., Haigh, R. (2017). Role of women in disaster risk governance". Procedia Engineering. 7.ª Conferência Internacional sobre a Criação de Resiliência; Utilizar os conhecimentos científicos para informar a política e a prática na redução de risco de catástrofes, ICBR2017, 27-29 de novembro de 2017, Bangucoque, Tailândia. Obtido de: <http://www.wocan.org/sites/default/files/1-s2.0-S1877705818301796-main.pdf>

Ibrahim, B., J. Polcher, H. Karambiri, e B. Rockel. (2012). "Characterization of the Rainy Season in Burkina Faso and It's Representation by Regional Climate Models." Climate Dynamics 39 (6): 1287–1302.

FAO. (2007). "Fire Management Global Assessment 2006. A thematic study prepared in the framework of the Global Forest Resources Assessment 2005." Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Obtido de: <http://www.fao.org/3/a0969e/a0969e00.htm>

FIDA. (2015). "Gender and Rural Development Brief: West and Central Africa". Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Obtido de: <https://www.ifad.org/en/web/knowledge/publication/asset/39189195>

INFORM. (2019). Relatório INFORM 2019: Shared Evidence for Managing Crises and Disasters. Obtido de: [https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index/Portals/0/InfoRM/2019/Inform%202019%20WEB%20spreads%20\(3\).pdf?ver=2019-02-07-113610-123](https://drmkc.jrc.ec.europa.eu/inform-index/Portals/0/InfoRM/2019/Inform%202019%20WEB%20spreads%20(3).pdf?ver=2019-02-07-113610-123)

Lei Suplementar da CEDEAO sobre a Igualdade de Direitos entre Mulheres e Homens para o Desenvolvimento Sustentável na região da CEDEAO (2015)

Le Masson, V. (2016). "Gender and Resilience: from Theory to Practice". BRACED. Working paper, 60 p.

Murungweni, C.; Van Wijk, M. T.; Smaling, E. M. A.; Giller, K. E. (2016) "Climate-smart crop production in semi-arid areas through increased knowledge of varieties, environment and management factors." Nutr Cycl Agroecosyst (2016) 105:183–197

Neumayer, E., e Plumper, T. (2007). "The Gendered Nature of Natural Disasters: The Impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981- 2002." Anais da Associação de Geógrafos Americanos / 8

ONU MULHERES. (2014). "The Gender Agenda in West and Central Africa. Target 2015: Progress on the Horizon?" Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Emancipação das Mulheres. Obtido de: <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/7/west-and-central-africa-annual-report>

Peterson, K. (2007). "Reaching out to Women when Disaster Strikes." Soroptimist White Paper. Soroptimist International of the Americas, Filadélfia.

Peterson K (2007) Reaching out to women when disaster strikes. Documento da Soroptimist, Soroptimist International of the Americas, Filadélfia. Disponível online em: [http://www.sorop-timist.org/whitepapers/wp\\_disaster.html](http://www.sorop-timist.org/whitepapers/wp_disaster.html)

PNUD (2009). "Gender Equality and UNDP. Fast Facts." Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Obtido de: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/fast-facts/english/FF-gender-equality-2009-EN.pdf>

PNUD (2012). "Overview of Linkages between Gender and Climate Change". Formação sobre Género e Alterações Climáticas, Módulo 1, Série de Desenvolvimento de Capacidades do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Obtido de: <https://www.undp.org/content/dam/undp/library/gender/Gender%20and%20Environment/Training-module-Overview-of-linkages-between-gender-and-climate-change.pdf>

PNUD. (2017). "Central Africa: a Sub-Region Falling Behind?" Avaliação da Estratégia Sub-regional do PNUD, Relatório n.º 1, março de 2017. Obtido de: [https://www.africa.undp.org/content/dam/rba/docs/Reports/UNDP\\_RBA\\_Central%20Africa%20Strategy\\_mar%202017\\_EN.pdf](https://www.africa.undp.org/content/dam/rba/docs/Reports/UNDP_RBA_Central%20Africa%20Strategy_mar%202017_EN.pdf)

Scheuren, J-M.; le Polain de Waroux, O.; Below, R.; Guha-Sapir, D.; Ponserre, S. (2007) "Annual Disaster Statistical Review: The Numbers and Trends". Centro de Pesquisa em Epidemiologia de Catástrofes (CPEC)

Tichagwa, W. (1994). "The Effects of Drought on the Condition of Women. Gender and Development". Volume 2, 1994 – Edição 1: Women and Emergencies

USAID (2017). "Climate Change Risk in West Africa Sahel: Regional Fact Sheet", abril de 2017. Climate Change Adaptation, Thought Leadership and Assessments (ATLAS). Obtido de: [https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2017%20April\\_USAID%20ATLAS\\_Climate%20Change%20Risk%20Profile%20-%20Sahel.pdf](https://www.climatelinks.org/sites/default/files/asset/document/2017%20April_USAID%20ATLAS_Climate%20Change%20Risk%20Profile%20-%20Sahel.pdf)

USAID. (2019) "Agriculture and Food Security: West Africa Region." Obtido de: <https://www.usaid.gov/west-africa-regional/agriculture-and-food-security>

WEDO. (2003). "Untapped Connections: Gender, Water and Poverty". Organização das Mulheres pelo Ambiente e o Desenvolvimento (WEDO). Obtido de: <https://wedo.org/untapped-connections-2003/>